

# ACIM

PORTE PAGO  
DR/PR  
ISR - 4B - 0708/88

SETEMBRO/90  
Nº 303  
ANO 27

REVISTA INFORMATIVA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ



## IV FEIMAR

### *A força da indústria regional*

Feira da indústria se consolida como ponto de referência do potencial econômico de Maringá e da região

**ACIM**

Clas. 050

R454

Reg. 0242

Data 22-04-05

Proced.

NF

Data

R\$



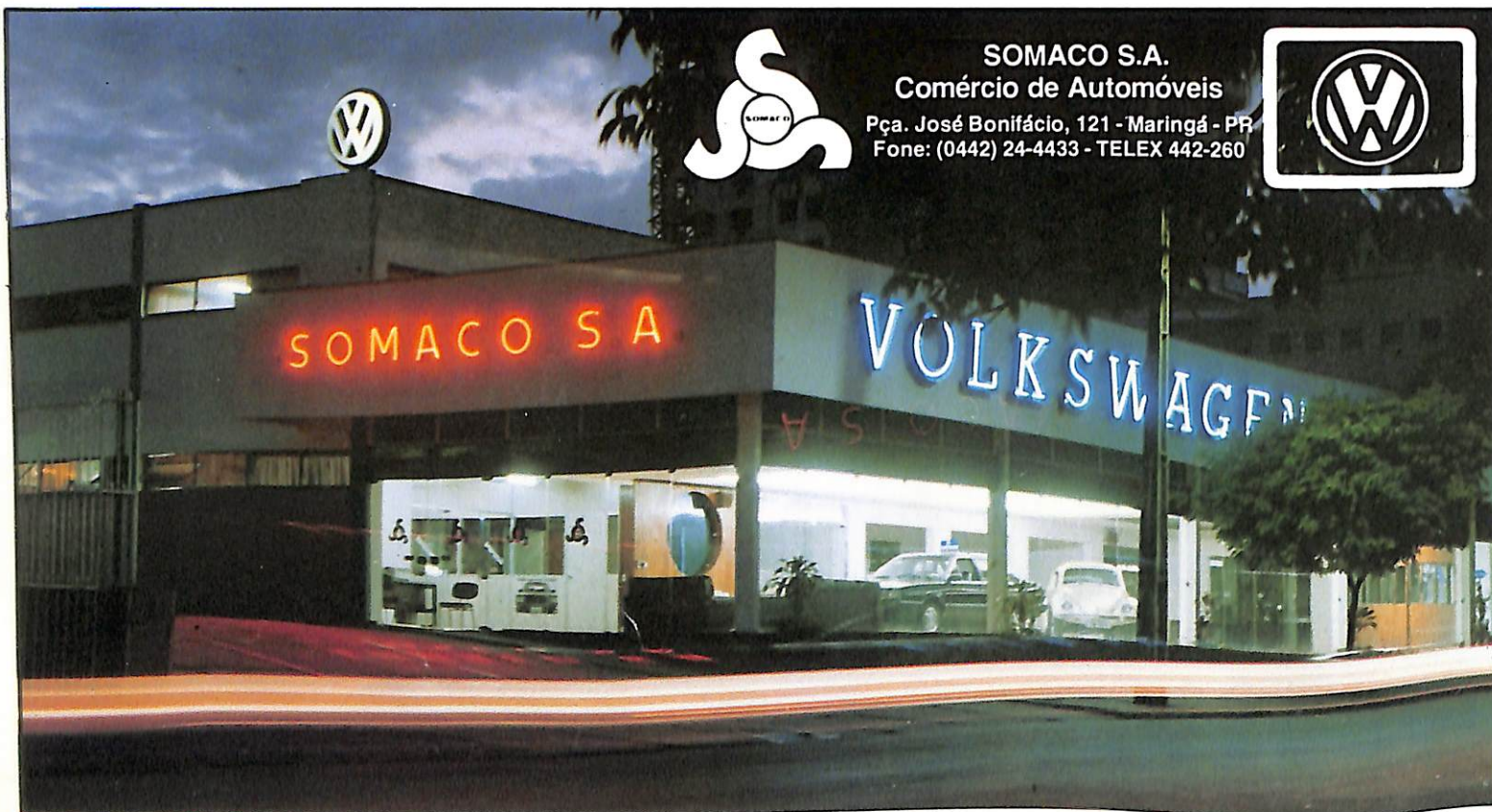
## **FEMAR** - FERRAGENS MARINGÁ LTDA.

COMÉRCIO DE FERRAGENS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES

FERROS CA-50, MECÂNICO EM GERAL, CIMENTO E CAL

Av. Colombo, 1611 - Fone (0442) 22-7290 - Maringá - PR

# A SUA MARCA DE CONFIANÇA ESTÁ TE ESPERANDO AQUI.



SOMACO S.A.

Comércio de Automóveis

Pça. José Bonifácio, 121 - Maringá - PR

Fone: (0442) 24-4433 - TELEX 442-260



UMA ENTIDADE EM DEFESA DA LIVRE INICIATIVA

# É preciso inovar constantemente

Tudo o que permanece parado no tempo, não se inova, torna-se obsoleto. A inovação é uma arte a ser posta em prática constantemente, visando sempre a melhoria, a adaptação aos novos padrões de comportamento da sociedade, enfim, acompanhar as mudanças que vão se processando, às vezes com uma agilidade que nos surpreende e nos deixa ultrapassados. Para isto estamos inovando, melhorando, buscando novas técnicas de comunicação visual com os nossos leitores, tornando a "Revista ACIM" mais atrativa e mais "leve" em termos de visual e comunicação.

As mudanças que estão sendo processadas na revista, já podem ser sentidas a partir desta edição, com um novo visual das páginas e das matérias a fim de torná-la mais atrativa e mais fácil de serem lidas.

Continuaremos nas próximas edições a proceder mudanças que tornarão este veículo de comunicação mais atrativo para o leitor e para as empresas que nele pretendem inserir publicidades.

A "Revista ACIM" já está circulando mensalmente em Maringá e região há



26 anos. Iniciada como um boletim eminentemente técnico, denominado "Comércio & Indústria", ganhou formas de revista, e hoje atinge uma parcela significativa do empresariado de Maringá e região.

Faz parte dos planos da direção da "Revista ACIM", sua expansão, com o consequente aumento da tiragem mensal e o direcionamento para outros seto-

res empresariais. Estas mudanças que passam a ser processadas a partir desta edição, fazem parte deste plano de expansão e melhoria do veículo de comunicação.

Estamos abertos às sugestões, críticas e comentários, por parte dos leitores, pois, somente através desta movimentação poderemos melhorar e expandir os horizontes da "Revista ACIM".

Sendo a "Revista ACIM" o veículo informativo da Associação Comercial e Industrial de Maringá, é necessário que os associados da entidade manifestem-se a seu respeito, utilizem suas páginas para emitir suas opiniões, pois é somente através da participação ativa e constante dos associados da entidade que teremos um veículo de comunicação forte e eficaz. Não só a diretoria da ACIM é a responsável pelo sucesso da revista, mas também e principalmente os associados, os leitores que mensalmente a recebem.

Dessa união de esforços, diretoria e associados, com certeza teremos um veículo de comunicação sério, atrativo e, principalmente, com credibilidade.



A falta de preservação das rodovias do Paraná dificulta o escoamento de produtos agrícolas para outros Estados

Pág. 24



A IV Feimar se converte numa importante exposição da vitalidade econômica regional, colocando na vitrine nacional um amplo leque de produtos que contempla todos os setores, da agroindústria à metalúrgica. Pág. 23



O governo federal quer institucionalizar o livre funcionamento do comércio aos domingos

Pág. 05

Comércio Livre .....	05	S.O.S. Rodovias .....	24
Polêmica .....	07	O segredo é a Perseverança .....	25
Novas Aquisições .....	08	"Dossiê" .....	28
Acim repudia fiscalização		Embratel .....	29
Prevenção de Incêndios .....	09	A esperança é fundamental .....	30
A Independência do Brasil .....	12	Coquetel lança II Promoacim .....	31
Caderno Técnico .....	15 a 22	Arcebispo fala em justiça social .....	33
Multiplicando Bons Negócios .....	23		

# ACIM

Revista de publicação mensal  
da Associação Comercial e Industrial  
de Maringá - ACIM  
Rua Néo Alves Martins, 2.321  
Telefone (0442) 26-1331  
S.P.C. (0442) 26-2299  
Telex (442) 168 - Caixa Postal 1033  
Maringá - PR

## DIRETORIA

**Presidente: Fernando Henriques**

1º Vice-Pres.: Paulo Sérgio Magalhães Silva

2º Vice-Pres.: Shiniti Ueta

1º Secretário: Luis Carlos Masson

2º Secretário: Paulo Morais Badan

1º Tesoureiro: Fernando Vieira Raimundo

2º Tesoureiro: Valdecir de Britto

Diretor Adjunto: Massao Tsukada

Diretor Adjunto: Pedro Granado Martines

## CONSELHO DELIBERATIVO

**Presidente: Carlos Mamoru Ajita**

**Secretário: Moacir Somaggio**

Membros:

Agenor Maia - Américo Fernandes - Amorim

Pedrosa Moleirinho - Antonio J. R.

Silvestre Ferreira - Eduardo Hideshiro Hase -

Euclides Sordi - Fernando José de Faria

Ferraz - Francisco Favoto - Futoshi Matsuda -

Hélio Shimabukuro - Heitor Bolela Júnior -

Joaquim Agostinho - José do Santos Ribeiro -

José Gomes Ferreira - Miguel Fujinami -

Reginaldo Nunes Ferreira -

Sabas Martins Fernandes - Shoitii

Okimoto - Simão Hirata - Tokoiti Guinoza

Membros Natos:

Alcides Siqueira Gomes - Álvaro Miranda

Fernandes - Atair Niero - Emílio Germani -

Ermelindo Bolfer - Joaquim Dutra - Luiz

Julio Bertin - Manuel Mário de Araújo Pismel

- Raymundo do P. Vermelho - Sidnei

Meneguetti - Ubirajara de Araújo Pismel -

## CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Jair Arduin

Milton Massar Morita

Orides Lopes

Suplentes:

Edmilson W. F. Brassanini

Edenilson Rossi

João Noma

## DIRETOR RESPONSÁVEL

Luiz Carlos Masson

## EDITOR RESPONSÁVEL

Rosemeiri Zulian - Mt 2521

## GERENTE ADMINISTRATIVO

Carlos Roberto Previdelli

## PUBLICIDADES

Vera Regina de Paula e Silva

## Programação Visual:

Anilto Rodrigues

Composição, Past-Up  
Fotolitos e Impressão:

**GAZETA  
MARINGAENSE**

EDITORA PUBLICITÁRIA

MARINGAENSE LTDA.

Fone: (0442) 25-1140

Publicação mensal dirigida e gratuita.  
Circulação nos quinze primeiros dias  
de cada mês. Cartas para a Assessoria  
de Comunicação Social da ACIM.

A Revista ACIM não se responsabiliza por  
conceitos emitidos em matérias assinadas

# Projetos para SPC

Foi realizado no dia 24 de agosto, no Clube 28 de Janeiro, às 21 horas, a Abertura do 14º Congresso Estadual do Comércio Lojista do Paraná. Estiveram presentes ao encontro vários representantes do segmento comercial e industrial do Estado, entre os quais, o presidente da Associação Comercial do Paraná, Werner Egon Scharappe, o secretário de Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Paulo Roberto Pereira de Souza, o presidente da ACIA, João Reis, o presidente da ACIM, Fernando Henriques, que foi acompanhado pelo presidente do SPC, Valdecir de Britto e encarregada do SPC, Zeinaide Machado Canhoto, que também participou do 19º Seminário dos SPCs do Paraná, realizado nas dependências

da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Foram tratados de vários assuntos com referência aos serviços, inclusive sobre a nova lei do Consumidor - principal tema abordado pelo diretor do CA-SPC - Centro de Atendimento aos SPCs, Egídio Pedro Backes. O objetivo deste encontro foi orientar os departamentos (SPC) com a finalidade de implantar medidas com maior praticidade desempenhada pelos Executivos visando melhores informações ao público consumidor. Vários projetos ainda estão sendo estudados pelas Assessorias Técnicas Regionais do Estado, aguardando o resultado de uma pesquisa elaborada pela mesma, para que possa ser colocado em prática os projetos.

## Noite das homenagens

No dia 22 de agosto, na sede da ACEMA, aconteceu um jantar para mais de 500 pessoas, confraternizando a Prefeitura Municipal de Maringá, Marialva e Jandaia do Sul, ACIM, ACIP, Maringá/Kakogawa, Universidade Estadual de Maringá e outras.

O objetivo do evento, além da confraternização foi apresentar aos empresários, o resultado das viagens realizadas ao Japão e Estados Unidos, pelo prefeito Ricardo Barros. Inicialmente foi passado um vídeo sobre o crescimento Industrial de Maringá, e em seguida um vídeo sobre a visita ao Japão.

Durante o jantar o prefeito Ricardo Barros foi homenageado com a chave da cidade de Hyogo, entregue pelo deputado Antonio Ueno, que estava re-

presentando a cidade. Ricardo Barros entregou um Diploma de Kakogawa à Antonio Ueno, pelo reconhecimento ao trabalho prestado às comunidades.

A colônia nipo-japonesa também prestou homenagem ao prefeito e ao vice, Willy Taguchi com quadros de arte. O presidente da Acema homenageou Willy Taguchi com uma bandeja de prata.

Ao final do jantar todos os convidados de honra, expressaram seus pontos de vista e agradecimentos entre os quais o prefeito municipal, Ricardo Barros, o presidente da ACIM, Fernando Henriques, o Reitor da UEM, Fernando Pontes de Sousa, o Deputado Antonio Ueno, e o presidente da ACEMA, Yoshio Inshiniki, entre outros.

## Sesi elege operário 90

Em solenidade realizada no dia 24 de agosto, o Sesi-Serviço Social da Indústria elegeu o operário municipal 90. O vencedor entre os sete concorrentes foi o funcionário da SANBRA-Fábrica de óleos, Urandi Berti, encarregado da manutenção mecânica, casado com Maria Helena Ursulino Berti, e pai de dois filhos. É funcionário da empresa há 21 anos.

Há 40 anos o SESI realiza esse concurso que tem como objetivo a valorização e a motivação dos trabalhadores. O

premiado a nível municipal será o representante para o concurso estadual a ser realizado em Curitiba nos dias 27 a 28 de setembro.

Para a avaliação são levados em consideração aspectos da vida familiar, comunitária e funcional dos concorrentes inscritos pelas empresas. A pontuação é feita pela evolução profissional, capacidade técnica, espírito cooperativo, criatividade, companheirismo, e cursos de aperfeiçoamento.



*Conjuntura*

# Comércio livre

*Governo estuda possibilidade  
do comércio funcionar em horário livre*

O Departamento de Indústria e Comércio, antigo Ministério da Indústria e comércio, está preparando estudos para estabelecer liberdade completa de funcionamento do comércio no país, de acordo com informações do presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Cesar Rogério Valente, que tratou do assunto em Brasília. A pedido da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ele encaminhou à DIC todos os estudos sobre horário de livre comércio existentes no país, pois esta é a reivindicação antiga das Associações Comerciais.

“Vamos fornecer todos os subsídios necessários - informou Cesar Rogério Valente - porque é uma medida que reivindicamos há muitos anos. Acreditamos firmemente na livre iniciativa e na liberdade de comércio e temos certeza que isso aumentará a circulação de riquezas e o número de emprego sem prejudicar ninguém, pois o país possui a necessária legislação para garantir os direitos dos trabalhadores”.

O comerciante e suas entidades, de acordo com o presidente da CACB, é que devem definir os melhores horários de funcionamento para suas atividades,

conforme as necessidades de cada setor, de cada área, de cada cidade. Em zonas turísticas, por exemplo, os horários podem ser completamente diferentes das demais regiões. A mesma coisa, explicou, pode ser considerada no sul em relação ao norte e ao nordeste. O horário único, num mesmo período, às vezes é prejudicial para os comerciantes e para os consumidores.

“O governo federal - acrescentou Cesar Rogério Valente - quer institucionalizar o livre funcionamento do comércio e isso é muito bom. É uma medida que se insere dentro do projeto maior de desregulamentação da economia brasileira. Somos um país amarrado por portarias, normas e burocracia, quando as atividades empresariais, tanto na indústria quanto no comércio, podem fluir muito mais rapidamente e com maior retorno sem estes entraves burocráticos. A liberdade de funcionamento do comércio, tenho certeza, beneficiará a sociedade brasileira como um todo”.

## DESREGULAMENTAÇÃO

Também por solicitação da ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, o presidente da CACB esteve no Depar-

tamento de Indústria e Comércio conversando com os técnicos que estão estudando a desregulamentação da economia. Foi decidido que haverá reuniões setoriais, nas quais sempre haverá um representante da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, de forma que todos os segmentos representados pela entidade, do setor terciário ao primário, apresentem os entraves que existem na atual sistemática brasileira de controle da economia.

“O objetivo maior - disse Cesar Rogério Valente - é diminuir consideravelmente, o máximo que for possível, a intervenção do Estado na Economia. Hoje em dia, muitas iniciativas são travadas, ou se perde tempo e dinheiro, porque o Estado criou regulamentações demais e interfere de forma demasiada e absurda no desenvolvimento da economia. O Estado Brasileiro não só tentou substituir a iniciativa privada, fazendo investimentos em algumas áreas, mas principalmente, criou uma parafrenália de regulamentos que entram o crescimento das empresas e complicam o surgimento de novas, obrigando pequenos empresários, por exemplo, a irem para a chamada economia informal”.

## BAHIA QUER MAIS INVESTIMENTOS

A preocupação da Associação Comercial da Bahia com a falta de investimentos no Estado foi motivo de reunião com a secretária de Planejamento do Governo da Bahia, Eliane Bandenno-um. Acertou-se uma nova reunião, durante a qual técnicos da entidade e do governo levantaram uma série de projetos para discussão com empresários e autoridades estaduais.

Depois, a associação proveu um painel sob o título “Plano Brasil Novo”: ações gerenciais nas empresas”, coordenado pela Trade Consultores Associados que, inclusive, levou a Salvador o consultor de empresas Renato Bernhof, de São Paulo. A associação também intermediou entre o “trade” turístico e o Governo do Estado em face da decisão de arrendar uma parte do Centro de Convenções da Bahia para instalar um “shopping center”. O secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Luiz Bacelar, esteve na associação, chegando-se à conclusão que o segundo piso não será arrendado, enquanto não for construído o novo pavilhão de feiras conforme proposta do presidente Joaquim Fonseca Junior.

O presidente da Associação Comercial da Bahia, Joaquim Fonseca Junior,

participou, à convite do deputado federal Marcelo Cordeiro, presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, do painel para avaliação do Plano Brasil Novo, em Brasília.

### **RADICALISMO DA CUT IMPEDIU UM ACORDO**

O radicalismo na Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi responsável pela falta de acordo entre trabalhadores, empresários e governo para definir uma política de salários e preços que tire o país do impasse no qual se encontra. A opinião é do presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), Cesar Rogério Valente, único representante gaúcho na reunião entre a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e representantes da classe trabalhadora e dos empresários, realizada em Brasília, dia 18 de junho, e que durou quase 10 horas.

“A CUT foi intransigente em todos os momentos - explicou Cesar Rogério Valente - porque os empresários concordaram em segurar as demissões e os preços, por determinado prazo, e o próprio governo, através da ministra, comprometeu-se a parar com as demissões de funcionários públicos até o estabelecimento de critérios comuns. Quando isso já estava aceito por todos os que se encontravam em torno da mesa no Ministério da Economia, o presidente da CUT, Jair Meneghelli, veio com a reivindicação de que o presidente Collor deveria rever as demissões já feitas no funcionalismo público. A partir daí, não foi possível chegar a um acordo”.

Cesar Rogério Valente manifestou-se preocupado com o que poderá acontecer daqui para frente, pois os três segmentos da sociedade envolvidos na discussão ficaram liberados para agir da maneira que quiserem. Em outras palavras, observou, o Governo continuará demitindo funcionários públicos, os empresários poderão continuar com as demissões em suas empresas, os preços continuam liberados e os trabalhadores poderão seguir fazendo greve, prejudicando ainda mais o processo produtivo e ampliando a intranquilidade social.

O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil salientou que a ministra Zélia Cardoso de Mello garantiu-lhe que o governo não vai mais fazer qualquer espécie de congelamento. Deixará que as condições de mercado acomodem os conflitos. A ministra, segundo Cesar Rogério Valente, elogiou a disposição dos empresários, principalmente do setor do co-

mércio, para buscar uma solução que diminua os impactos do atual momento econômico recessivo.

“De nossa parte - concluiu Cesar Rogério Valente - estamos dispostos, como manifestamos desde o início do Plano Collor, a colaborar com a atual equipe econômica para o encaminhamento do processo de controle da inflação com o menor prejuízo possível para a sociedade. Mas o Governo e os trabalhadores também precisam fazer a sua parte, o que não está acontecendo, no que diz respeito à CUT, cuja radicalização impediu o acordo que se tentou naquela segunda-feira”.

Fonte: Carta Mensal - Órgão da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB)

## **Remo Longo define estratégia de trabalho**

A Associação Comercial e Industrial de Maringá realizou seu 11º almoço empresarial, dia 14 de agosto, no Centro Português, com a participação de 63 empresários que prestigiaram a palestra proferida pelo presidente do Conselho Comunitário de Maringá, Remo Longo.

Fernando Henriques, presidente da ACIM, anunciou Remo Longo, que posicionou a entidade, pronunciando também seus membros integrantes e a estratégia de trabalho pretendido pela equipe.

O conselho comunitário conta, hoje, com o presidente Remo Longo, vice-Luis Lourenço, secretário, Felizado Me neguetti, 1º secretário, Nelson Silas de Souza, 2º secretário, Eloi Silva, 1º tesoureiro, Jairo de Moraes Gianotto, 2º tesoureiro. Paulo Magalhães, e o conselho fiscal, Joaquim Romero Fuente, além do conselho de segurança, a cargo de Jairo de Moraes Gianotto.

Remo Longo disse que o trabalho tem sido de muita responsabilidade, reunindo-se semanalmente com o intuito de estudarem os assuntos de interesse de toda comunidade. Seu principal objetivo é fazer com que todos se conscientizem, a fim de somarem esforços e trabalhem juntos para construir uma cidade do futuro.

O presidente frisou a classe empresarial como uma das maiores responsáveis pelo elevado crescimento da cidade, mas que deve também se preocupar com o bem estar de Maringá.

Longo citou que 70 entidades fazem parte do conselho comunitário, e que todos juntos com certeza conseguirão colocar a casa em ordem. Falou também que não é mérito deles, mas que ajudou muito, as visitas realizadas ao governador, Álvaro Dias, que liberou cinco milhões de cruzeiros para a área de segurança. Maringá conseguiu também o aumento de efetivos, término de uma obra do setor administrativo e mais duas Delegacias e um Distrito.

Finalizou seu discurso dizendo que dentro de mais alguns dias Maringá se ligará à Curitiba através de um terminal de computadores, que facilitará muito o andamento dos trabalhos.



Remo Longo, durante a palestra aos empresários no Centro Português



Hirata: a decisão está em cada categoria



Manicardi: uma opção ao mercado de trabalho



Aécio: o consumidor está sem dinheiro

# Comércio causa polêmica

A polêmica está criada! O governo criou o Decreto e entregou aos municípios e aos sindicatos de lojistas e comerciantes a decisão da abertura ou não dos estabelecimentos aos domingos. Pelo Decreto nº 99.467 de 20 de agosto de 1990, o governo faculta ao comércio varejista em geral o funcionamento aos domingos, desde que seja estabelecido acordo ou convenção coletiva de trabalho de cada categoria, legislação estadual e municipal.

Um artigo publicado no jornal o Estado de São Paulo, dia 22 de agosto/90, mostra que realmente esse decreto mexeu com o país. Considerou a atitude do governo como sensata, e que está agindo em sintonia com sua própria pregação de envolver-se cada vez menos na regulamentação de atividades, liberando a economia e a sociedade.

Caberá, agora, às partes diretamente envolvidas no assunto chegar a um consenso sobre a prática do horário livre, tentando satisfazer interesses de todos os setores, principalmente os do consumidor. Assim, Maringá também não ficou de fora.

Defensores - Abertura do comércio

aos domingos tem defensores e críticos. Há defensores que argumentam aumento das vendas, praticidade aos consumidores, aumento de empregos, comparando essa atitude ao de outros países como o Japão, que o comércio é liberado aos domingos e que o país, pelo contrário é muito mais evoluído que o Brasil, e o comércio é maior. Isso tudo é uma questão de diálogos e de acertos de horários, empregados e contratação de novos funcionários o que é ótimo no aumento de trabalho.

Os críticos afirmam que a abertura não aumentará as vendas, mas sim despesas com a manutenção das lojas abertas e problemas trabalhistas. Sem contar de quem for contra, que terá de acatar a decisão da maioria, caso contrário será lesado.

Se uma cidade ficar aberta e outra não, o deslocamento de consumidores será inevitável, os Shopping com certeza não deixarão de aproveitar essa oportunidade, onde oferecerão às famílias melhores opções de compras e lazer

## AS SOLUÇÕES

O artigo de 22 de agosto mostra o

desenvolvimento do comércio aos domingos em outros países como sendo a melhor opção.

“A abertura do comércio aos domingos tem diversas soluções em outros países, mas, onde quer que seja adotada, transforma-se no melhor dia de vendas do comércio por hora trabalhada. Nos Estados Unidos, em quase todo país, o comércio abre aos domingos, normalmente das 11 ou 12 horas, até às 17 ou 18 horas.

No Chile, as lojas abrem o dia todo, e é o melhor dia de vendas da semana, principalmente para as lojas situadas em Shopping Centers. Em Tóquio, todo comércio abre aos domingos e, por bairros, fecha em outro dia da semana, para propiciar descanso semanal aos seus funcionários. Na Inglaterra, ainda se discute a abertura aos domingos, não havendo um consenso sobre sua conveniência. Em Paris, o comércio tem aberto aos domingos, em dezembro e em alguns períodos promocionais”.

Por aqui deve-se chegar a uma mistura de tudo isso. Por enquanto só opiniões e discussões. Na opinião de marin-

gaenses a coisa não é diferente:  
**Antonio Mário Manicardi** - F<sup>ca</sup>-Conatus-Eng<sup>o</sup> e Imóv. Ltda.: "Discordo da abertura do comércio aos domingos, considerando que não será produtivo ao comerciante, pois terá que contratar novos funcionários. Seria viável aos Shopping, pois até abriria uma opção de aumentar o mercado de trabalho".

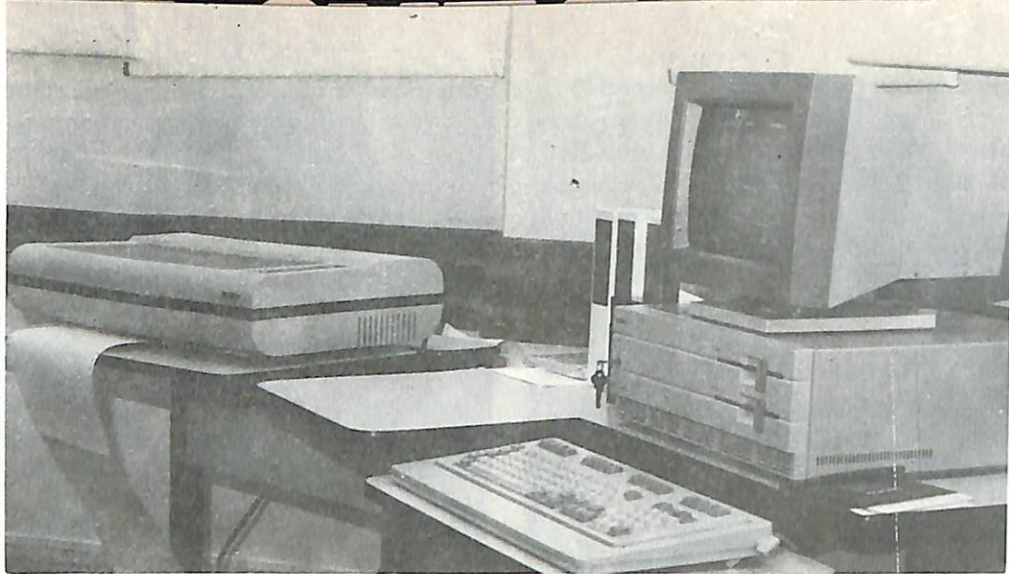
**Jonas Rodrigues Martins** - D'Martins - Ind. Com. Conf.: "Na minha opinião os domingos são para os descansos semanais, e não considero um crescimento de vendas nestes dias. Acredito apenas que acarretará aos consumidores comodidade, pois estes deixariam tudo para os fins de semana. Em termos de custo, isso melhoraria para os empresários, pois ao invés de pagar horas extras, contratariam novos funcionários, com custo bem menor. Eu, particularmente não abriria aos domingos".

**Aécio Flávio de Carvalho** - Imob. Domo: "Para certos segmentos do comércio, acredito até que deveriam prestar serviços aos domingos, como é o caso de Shopping, lojas, mercearias e açougues. Isto facilitaria para o consumidor, mas por outro lado acredito que não beneficiaria o comerciante em razão da atual situação econômica do país. Estou certo de que não se deixa de fazer compras hoje por falta de tempo, mas sim por falta de dinheiro. Se o decreto for atendido, só com o tempo a população se acostumará com a situação".

**Simão Hirata** - Calmexi - Ind. Conf.: "Será bom para os consumidores e até mesmo para os funcionários do comércio. Acredito que as vendas aumentarão, pois caso as pessoas não possam comprar durante a semana por falta de tempo, efetuarão aos domingos. No Japão por exemplo, o comércio abre aos domingos e isso é uma opção de melhorar as vendas no comércio. Isso agora é uma questão de estudos de cada categoria".

**Edson Mússio** - Ingá Modas: "É uma situação cômoda, porém não rentável. Apenas beneficiará o consumidor, que deixará de fazer suas compras na semana para fazê-las aos domingos. Para o comerciante apenas gerará mais gastos na contratação de mais funcionários. Eu sou contra, mas terei que acatar a decisão da maioria".

A polêmica! Os contras ou à favor. Agora é uma questão de entrar no bom senso, e se chegar a um acordo. É claro que o comércio abrirá se a maioria decidir a favor e é claro se for para beneficiar o comerciante e aos consumidores.



Com aquisição de novos equipamentos, promessa de maior produtividade

## NOVAS AQUISIÇÕES

A Associação Comercial e Industrial de Maringá, através de sua Diretoria e funcionários, vem prestando relevantes serviços à comunidade e em especial aos seus associados, os quais estão sendo constantemente ampliados e melhorados.

Para isto recentemente adquiriu 02 micro-computadores ITAUTEC IS 30 Plus II, através do sistema de consórcio. Estes microcomputadores serão utilizados para os serviços de contabilidade, folha de pagamento, controle de sócios, cobrança, mala direta, controle de estoques/compras e também na área de consultoria, facilitando assim o trabalho tornando-o mais rápido e eficiente.

Visando ainda o bom atendimento ao associado, foi adquirido ainda 01 telex eletrônico ESCRIBA 2021. Este telex permite que o trabalho de preparação de mensagens nunca seja interrompido por outra que chega, fazendo com que as mensagens recebidas e transmitidas sejam mais rápidas.

Para a administração e o SPC, foram adquiridas 02 máquinas de escrever IBM elétricas, que agilizarão os trabalhos administrativos.

Tendo como finalidades proteger o bom pagador e as empresas de clientes inadimplentes em outras lojas também o SPC está sendo melhorado. Com a instalação de uma mesa distribuidora (PABX), teremos uma maior rapidez no atendimento à empresa usuária. Também no SPC está em fase de implantação o sistema de comunicação de dados via modems. Este sistema consiste na instalação de terminais para consultas de SPC. e VÍDEO CHEQUE nas lojas usuárias, utilizando normalmente as re-

des telefônicas, possibilitando as informações em tempo mínimo o que torna mais seguras e ágéis as operações a crédito.

Ainda visando um melhor atendimento ao associado foi adquirida mais uma linha telefônica. Para o setor de reprografia a aquisição de uma nova máquina copiadora TRIUNFO TM111-z permitirá um melhoramento na qualidade e rapidez dos serviços prestados.

A estrutura funcional da ACIM formada atualmente por quarenta e um funcionários, é dividida em setores e departamentos. Para uma melhor organização dos trabalhos desenvolvidos também foram efetuadas mudanças na administração interna. Conseguimos através destas mudanças o levantamento completo do patrimônio da ACIM. Separamos os materiais inservíveis e que poderão ser vendidos a terceiros e o real estado de nossos bens e também as necessidades de novas aquisições. Através de reuniões semanais, dirigidas pelo Gerente Administrativo Dr. Carlos Roberto Previdelli, são ouvidas as opiniões e sugestões dos funcionários que após serem discutidas e planejadas são colocadas em prática. Exemplo disso foi a sugestão apresentada para a colocação de uma placa de som ambiente ao telefone através de fitas K7 gravadas possibilitando à ACIM divulgar ao associado que nos telefona os serviços prestados, e também a promoção de cursos, palestras, seminários e almoços empresariais.

Estamos investindo, atualizando, ampliando e melhorando visando única e exclusivamente você ASSOCIADO.

# **Informar**

INFORMAR INFORMÁTICA EMPRESARIAL LTDA.

IS 30 plus II



IS 286 plus

## Programa seu futuro. Consórcio Nacional Itautec.

A Itautec apresenta o microcomputador que cabe direitinho em sua mesa e em seu orçamento. Compacto, rápido e de fácil utilização, o IS30 plus é ideal para seu negócio, auxiliando na execução de seu trabalho, tornando-o mais rápido e eficiente. Ele possui uma série de recursos que atendem as suas necessidades atuais e futuras, tais como: o vídeo EGA que garante alta resolução gráfica com 16 tons de cinza, compatibilidade com software padrões PC e XT etc.

O microcomputador IS30 plus é um investimento indispensável, principalmente quando sua aquisição é facilitada. Agora você pode adquirir um IS30 através do Consórcio Nacional Itautec.

Procure um Revendedor Autorizado Itautec. Você poderá programar a forma de pagamento e retirar seu micro por lance ou sorteio. Tudo isto com a seriedade e experiência da Administradora de Consórcios Crefisul.

Aproveite esta oportunidade procurando o mais breve possível um Revendedor Autorizado Itautec. O futuro está ao seu alcance.

Revenda Autorizada

ITAUTEC

**Informar**  
INFORMÁTICA EMPRESARIAL LTDA

Praça Pedro Álvares Cabral, 231  
1º andar - Tel. (0442)  
23-0110 - Telex 442-238

ADQUIRA TAMBÉM O SEU FAC-SMILLE

PELO CONSÓRCIO

LIGUE 23-0110

# Acim repudia Fiscalização

A Associação Comercial e Industrial de Maringá, tomando conhecimento através de informações de seus associados, que há um contingente numeroso de fiscais da Receita Estadual atuando em Maringá e Região, com o fito de exercer uma fiscalização contundente às empresas, repudia este ato, aceitando o fato de que a Delegacia da Receita Estadual de Maringá, já possui os seus fiscais aqui, única e exclusivamente para exercer esta fiscalização, não sendo necessário portanto um arremetimento tão grande de fiscais em nossa cidade.

Uma vez que o número de fiscais é elevado, e que o trabalho que aqui vem exercendo é rigoroso, além de não terem nenhum conhecimento aprofundado de nossos costumes, fica mais uma vez patente, a impressão de que a classe empresarial desta cidade é formada de maus contribuintes, ou até mesmo sonegadores.

Desta forma, discordando de tal atitude a Associação Comercial e Industrial de Maringá, respeitosamente solicitou através de um telex enviado ao Exmo. Governador do Estado Álvaro Fernandes Dias e ao Exmo. Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Adelino Ramos, que seja imediatamente suspenso o trabalho de tais fiscais.

## RESPOSTA

“Discordo da existência de fiscais da Receita do Estado atuando em Maringá e região”. O secretário Adelino Ramos respondeu à Associação Comercial e Industrial que desconhece a existência de tais fiscais agindo em nossa cidade e região, porém que os trabalhos de fiscalização considerados contundentes em algumas empresas é de causar espanto, pois ele considera como contundente, considera a sonegação fiscal, que desrespeita o contribuinte honesto, impondo-lhe uma concorrência desleal por aqueles que não cumprem com as suas obrigações tributárias.

O secretário disse que a ação e a política fiscal, é diretamente proporcional ao volume da sonegação existente no setor, cientificamente demonstrados por trabalhos técnicos de curvas setoriais de sonegação. Disse ainda que o ato e os critérios de fiscalização, são estipulados dentro de padrões técnicos, sem ingerências políticos ou demagógicas.

Afirmou que a SEFA, pune e punirá

com rigor, funcionários que no exercício de suas funções cometerem abusos de poder ou autoridades, desde que haja denúncias formais por parte das entidades ou contribuintes.

Quando houve a implementação da terceira fase da reforma administrativa do Estado, proposta pelo governador Álvaro Dias, a SEFA, extinguiu cinco (5) Delegacias da Receita Estadual, várias Agências de Rendas deficitárias e remanejou todos os seus delegados e agentes fiscais.

No entanto, afirmou que os trabalhos de fiscalização são exercidos com a mesma intensidade em todo o Estado do Paraná, dentro da mesma orientação e critério independentemente de localidade ou município, agradecendo a Entidade que apostasse formalmente as arbitrariedades fiscais, quando havidas, e participasse nesta árdua caminhada que culmine numa melhor justiça fiscal.

## INSPETORIA ESCLARECE

Um comunicado oficial enviado pela Inspetoria Geral de Fiscalização à Acim, esclareceu que o órgão está encerrando a 4ª Fase de execução do Projeto de Fiscalização da Coordenação do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Fazenda.

Segundo o ofício, o projeto foi implantado há 4 meses, consistindo num programa de controle fiscal voltado para alguns ramos específicos de atividades como frigoríficos, cerealistas, cafeiras, usinas de açúcar e destilarias de álcool, laticínios, etc.

O projeto objetiva, especificamente, avaliar a regularidade no recolhimento do ICMS, oriundo das operações praticadas pelos setores mencionados, e abrange todo o Estado do Paraná, orientado principalmente para as regiões onde há maior concentração das empresas que operam naqueles ramos, como Maringá, Londrina, Apucarana, Paranavaí e Umuarama.

Cabe salientar que as atividades econômicas especificadas, são consideradas de “alto risco”, referente a evasão de impostos. Para o desenvolvimento deste projeto, a IGF-Inspetoria Geral de Fiscalização convocou 42 agentes fiscais lotados nas diversas Delegacias Regionais, que apresentaram um significativo resultado, sem no entanto ter a intenção de ser nocivo à sociedade, mas trabalhando com profissionalismo.

## Bombeiros

# Prevenção de Incêndios

*Comandante do Corpo de Bombeiros orienta sobre Sistema Hidráulico de Proteção contra Incêndio*

Se você pretende construir, ampliar ou reformar uma edificação, se faz necessário, entre outras coisas, saber se a obra considerada necessitará ou não de sistema hidráulico de proteção contra incêndio.

Assim como os demais sistemas, o hidráulico de proteção contra incêndio deve ser considerado desde os primeiros passos para a concepção de qualquer obra, caso contrário ocorrerão sérios prejuízos em termos de perda de tempo e de material. A perda de tempo acontece no caso de reestudo e reformulação do projetado anterior.

Os prejuízos materiais aparecem como consequência das modificações determinadas pelo reestudo e reformulação do projetado, representados por novas despesas com alteração de projetos, demolições do que foram anteriormente edificado, aquisição de mais material de construção e pagamento do pessoal contratado para demolir e edificar novamente, dentro dos padrões do projeto reformulado.

É necessário pensar em “outras coisas” além do sistema hidráulico de proteção contra incêndio, porque na fase dos projetos pode ocorrer falta de lugar para colocação dos abrigos de mangueira (caixas de incêndio) e das tubulações do sistema hidráulico de proteção contra incêndio, motivada pelo fato de que nos outros projetos (hidro-sanitário, elétrico-telefônico, sistêmico de distribuição de gás-GLP e outros) os espaços horizontais disponíveis nas paredes estão ocupados com projeções de caixas distribuidoras de ligações para telefones, energia elétrica, antena coletiva de tv, interfonos, gás liquefeito de petróleo e outras, sendo que os espaços verticais estarão ocupados pelas respectivas canalizações.

Em suma, o que se quer salientar em relação aos outros projetos é que deve haver uma coordenação, no sentido de que os vários projetistas se reúnam de

modo que cada canalização e respectivas caixas metálicas sejam colocadas de forma a não haver sobreposição de prumadas e caixas metálicas, fato este bastante comum porque muitas vezes os projetos são feitos isoladamente, tendo por base o projeto arquitetônico, no qual deve ser previsto lugar para todas as necessidades supra citadas, de forma que os projetistas, devidamente coordenados, escolherão em comum acordo o lugar onde colocarão as caixas metálicas e as tubulações inerentes ao projeto que compete a cada um, evitando com isso o sério problema de sobreposição de sistemas.

Voltando ao assunto central da nossa orientação geral, aconselhamos que antes de iniciar qualquer construção, ampliação ou reforma, é de bom senso ler o contido nos Art. 64, 65 e 66 da Lei Municipal nº 1.734/84 de 05 de janeiro de 84 (alterada pela Lei Municipal nº 2.631/89 - Código de Obras do Município de Maringá), onde consta:

Art. 64 - "As instalações de água, esgoto, elétricas e telefônicas dos edifícios deverão seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, vigentes na ocasião da aprovação do projeto, e as exigências das respectivas concessionárias ou entidades administrativas.

Parágrafo Único - Todos os edifícios são obrigados a possuir tubulação para telefone, preservando-se no mínimo, uma tomada por unidade habitacional ou de escritório".

Art. 65 - "Todos os edifícios deverão possuir instalações contra incêndios, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná".

Art. 66 - "Em todos os edifícios que contarem uma altura superior a 20 metros, entre a sua soleira da porta do hall de entrada no térreo e o nível do piso do último pavimento, será obrigatória a instalação de escada enclausurada à prova de fumaça.

Parágrafo Único - A escada de que trata este artigo poderá ser a mesma de acesso aos andares, desde que possa ser isolada com portas corta-fogo e ter iluminação e ventilação para o exterior do prédio ou iluminação artificial e de emergência".

Antes de construir, ampliar ou reformar uma edificação, compareça na Coordenadoria de Urbanismo, Planejamento e Habitação da Prefeitura Municipal de Maringá, ou no Quartel Cen-

tral do Corpo de Bombeiros para saber se haverá necessidade do sistema hidráulico de proteção contra incêndio, evitando com tal medida a execução da obra sem que os projetos esteja aprovados. Aqueles que primeiro iniciam os trabalhos de execução de obra e posteriormente tem a preocupação de "acertar os papéis", certamente terão sérios problemas. Os projetos feitos à posteriori muitas vezes se tornam inviáveis por não se tornarem compatíveis com a obra iniciada ou executada, resultando na certeza de que o proprietário da edificação terá grandes dificuldades na obtenção do habite e da Certidão da Construção, junto à Prefeitura Municipal de Maringá, ocorrendo também consequências desagradáveis por ocasião da obtenção da CND (Certidão Negativa de Débito) junto ao IAPAS, documentos estes imprescindíveis para a averbação da obra no Cartório de Registro de Imóveis.

Sem o propósito de nos alongar es-

crevendo sobre os documentos relacionados com uma obra, entendemos que quando esta inicia dentro do que é correto e legal, a sua conclusão e os respectivos documentos fluem livres e desembaraçados de quaisquer entraves técnicos, administrativos e jurídicos.

Com referência as obras já concluídas e devidamente registradas no cartório de Registro de Imóveis, cuja ocupação seja de firmas comerciais, industriais e ou prestadoras de serviços, bem como todas as demais edificações que tenham três ou mais pavimentos, passem por vistorias periódicas executadas pelo Corpo de Bombeiros, e caso sejam constatadas alterações ou falta de equipamentos do sistema hidráulico de proteção contra incêndios, estas deverão ser dotadas do sistema retro mencionado, com projetos adequados, caso a caso, para cada edificação, consultado o corpo de bombeiros após recebido o Certificado de Vistoria Anual.

Léo Tadeu Noto Castanho - Ten. Cel. QOBM

## AGENDA

Fernando Henriques (presidente) participou dia sete de agosto às 20 horas, no Auditório do SESI, da Escolha do Operário Padrão-PR-90. Dia 11, às 19 horas, no Ginásio de Esportes, prestigiou em sessão solene da Coleção de Grau conjunta, no Ginásio de Esportes Chico Neto. No dia 15, esteve presente da posse do novo presidente da ACP - Associação Comercial do Paraná, Werner Egon Scharap-pe

Luis Carlos Masson (1º secretário), participou da missa em Ação de Graças pelo Aniversário da Ingá-Stévia às 17 horas nas dependências da empresa.

Fernando Vieira Raimundo (1º tesoureiro) esteve presente dia 16 às 10 horas no Paço Municipal, onde foi proferida uma palestra sobre a Evolução Financeira Pública do PR, com o secretário da Fazenda do Estado, Adelino Ramos.

Fernando Henriques, juntamente com Valdecir de Brito (2º tes.) e Zenajide Machado Canhoto (encarregada do SPC) participaram da 14ª Convenção Estadual do Comércio Lojista de Apucarana, realizado nos dias 24 e 25 de agosto.

No dia 24, Fernando Henriques participou às 9 horas da inauguração da sede da OAB, localizada na Av. Pres. Juscelino Kubitschek Oliveira, 970 e às 14 horas, abertura oficial do II Encontro Estadual de Advogados do Paraná no Auditório Hélio Moreira. As 15 horas, participou da solenidade do Convênio que será firmado pela secretaria de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, através do Instituto de Tecnologia do Paraná -, Tecpar, Federação das Indús-

trias de Maringá e a Prefeitura Municipal de Maringá, visando a implantação do Centro de Tecnologia Agroindustrial de Maringá.

Luis Carlos Masson participou, no dia 24, às 10 horas, no Anfiteatro Ney Marques do 1º Encontro Interinstitucional da Bacia do Rio Pirapó, abordando temas ligados à convenção do meio ambiente. A abertura do encontro foi proferida pelo prof. Paulo Roberto Pereira de Souza. A proposta de trabalho foi feita pelo prof. Manoel Luiz dos Santos, cujo tema foi de Recuperação e Manejo dos Recursos naturais da Bacia do Rio Pirapó. As 14 horas, à convite da Universidade Estadual de Maringá, GEMA e a secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, participou da palestra sobre a Bacia do Rio Jacaré - (SP): Integração entre pesquisa, comunidade regional e administração municipal.

Paulo Moraes Badan (2º secretário) prestigiou a Abertura dos Jogos da Juventude do Paraná, realizado no dia 24 de agosto, às 19:30 horas no Estádio Willie Davids, à convite da secretaria municipal de Esporte de Maringá.

Amorim Pedrosa Moleirinho, conselheiro, esteve presente na Cerimônia de Aclamação Escolha do Operário Padrão, realizado no dia 24 de agosto, às 20 horas, na sede do Sesi de Maringá.

Fernando Henriques também esteve presente, no dia 04 de agosto, no Cine Plaza, onde às 18:30 horas presenciou a compra do "Nosso Teatro de Maringá", antigo Cine Plaza, efetuado pela Prefeitura Municipal.

# A Independência do Brasil

Alcides Siqueira Gomes

Nesta data, de profunda significação para a Pátria Brasileira, de leste a oeste, dos pampas gaúchos até a região exuberante da Amazônia, o Brasil gigante se rejubila com o passo cadenciado do desfile pelas ruas, os seus estudantes e soldados, estes últimos, verdadeiros intrépidos defensores dos nossos direitos políticos, conquistados pela independência.

Para boa compreensão do acontecimento de sete de setembro de 1822, devemos reportar-nos a vários acidentes anteriores, que preparam o ambiente para esta grande data.

As batalhas de Guararapes, em Pernambuco, nada mais foram do que o desejo de libertar a Pátria do domínio holandês.

Outra acentuada manifestação de nossa independência encontramos no distante 1641, entre paulistas, quando quiseram tornar rei Amador Bueno da Ribeira. Moços brasileiros, estudantes na Europa, impulsionados pelas idéias de liberdade e entusiasmados pela independência dos Estados Unidos, idealizaram também a independência para o Brasil. Voltando à Pátria deram apoio e incentivo à Inconfidência Mineira, que pode ser definida como um movimento conspiratório para libertar nossa Pátria do despotismo português. Esta insurreição teve como causa principal, o descontentamento nascido pela forma arbitrária com que Portugal explorava nossas minas.

A bandeira por eles idealizada tinha como emblema aquela frase latina muito nossa conhecida "Libertas quae sera tamen" - Liberdade ainda que tardia. Esta frase para eles e também para nós é uma síntese luminosa do desejo da independência. O movimento foi frustrado, porque surgiram três delatores, sendo o mais conhecido Joaquim Silvério dos Reis. Alguns se acovardaram, retrataram-se pediram clemência, mas como Tiradentes se mostrou corajoso, foi enforcado no dia 21 de abril de 1792. Ele foi o primeiro grande herói da libertação Nacional, por isso é conhecido como "Proto-Mártir" da nossa independência.

A volta de D. João VI a Portugal, em março de 1821, precipitou os acontecimentos para a nossa independência. Antes de embarcar D. João VI deu a D. Pedro I o seguinte conselho: "Se o Brasil vier a se separar de Portugal, coloque a Coroa sobre sua própria cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela".

Logo vêm ordens de Lisboa para que D. Pedro regresse a Portugal. Pedidos e mais pedidos de brasileiros lhe são enviados, para que ele desobedeça às ordens lusitanas e continue em nossa terra.

No dia 9 de janeiro de 1822, uma verdadeira massa popular acorreu ao Senado, para unir-se a comissão encarregada de entregar a D. Pedro, uma lista com milhares de assinaturas, rogando-lhe que permanecesse no Brasil. Após ser feita a leitura do pedido por José Clemente Pereira, D. Pedro respondeu: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que fico". "O Dia do Fico foi marco decisivo para a nossa independência". Após o dia do "Fico", derrotou as tropas de Jorge Avilez e consolidou-se na regência do país.

Posteriormente, ao organizar-se o gabinete do qual fazia parte José Bonifácio, foi outorgado a D. Pedro o título de "defensor Perpétuo do Brasil". José Bonifácio torna-se a figura de maior destaque, objetivando a nossa libertação do jugo português. O patriarca da Independência, conseguiu de D. Pedro um decreto, determinando que nenhuma lei elaborada em Lisboa fosse executada no Brasil, sem a aprovação do regente. Mas o episódio culminante para a nossa independência ocorreu em São Paulo, às margens do riacho Ipiranga, aproximadamente às 16:00 horas, quando D. Pedro e sua comitiva regressavam de Santos. Ao receber cartas de Portugal com decretos arrogantes e provocadores, humilhando-o chamavam-no de rapazinho; concluiu que chegara o momento precioso de tomar uma decisão.

Ruborizado, amarrotou os papéis, atirou-os ao chão, volta-se para a guarda que estava pouco adiante e exclama:

"Laços fora soldados"! Todos arrancam os laços portugueses de seus uniformes. D. Pedro, solene prossegue: "Camaradas! As cortes de Lisboa quem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já sua independência. Estamos definitivamente separados de Portugal".

Todos os liderados responderam com uma eloquente frase: Viva a Liberdade e a independência do Brasil. Entusiasmado com este apoio, agitando a luzente espada, solenemente, gritou as tradicionais palavras: "independência ou morte - seja a nossa divisa de hoje em diante".

Muitas vezes ouvidos dos lábios de nossos homens públicos esta expressão: Somos independentes! Pronunciada mais por influências emocionais, do que o resultado de um frio amadurecimento intelectual e racional. Mas onde está aquela expressiva mantalidade cívica, esperada de cada brasileiro, que devia trabalhar com idealismo para o progresso da Pátria, e para a independência econômica e cultural de cada um de nossos patrícios. Se fôssemos verdadeiramente independentes, não veríamos milhares e milhares de crianças morrendo de fome, num país de tantos recursos e possibilidades.

Muitos afirmam: Somos independentes! Mas não possuem aquele espírito de laboriosidade, que deve impulsionar todo verdadeiro patriota a trabalhar pelo engrandecimento do Brasil, para que atinjamos uma posição privilegiada no cenário das nações. Somos independentes! Mas onde se encontra a libertação total da ignorância responsável pelas inúmeras superstições do nosso povo, pelos preconceitos de toda espécie, que atingem a quase todas as classes sociais?

Se fôssemos verdadeiramente independentes, estaríamos livres do analfabetismo, esta mancha que nos coloca numa situação humilhante diante das nações cultas do mundo.

Prezados leitores, patriotismo não é apenas cantar os hinos pátrios, ou marchar em datas cívicas, ou desfraldar o auriverde pendão que representa a pátria brasileira.

Patriotismo ou melhor civismo é dedicar-se desde que esta dedicação conquiste o conhecimento, o conhecimento refina a mentalidade, motivando o progresso e a exaltação dos direitos humanos.

E o que dizer do trabalho? O trabalho honesto em prol da comunidade é um dever cívico, e a nota propulsora do mais lúcido patriotismo. O trabalho conjugado de todos, seria o elemento mais eficiente, para a construção do progresso e para exterminar a fome, que ameaça tantas crianças inocentes em vários cantos do nosso torrão natal.

Estimados empresários, prezados leitores, que possamos com o mesmo ideal privilegiados desta colméia do saber, irmanados no mesmo propósito, sermos constantes nos nossos empreendimentos, sempre desenvolvendo um espírito cívico e patriótico, para a construção de um país melhor para os nossos descendentes.

# Delegada expõe projetos

Como convidada especial, a Associação Comercial e Industrial de Maringá trouxe a Delegada da Receita Estadual, Nair Rhonda ao almoço, que falou à 52 empresários sobre o projeto desenvolvido pela Inspeção, completando este mês quatro meses de trabalho.

A Acim, que realiza quinzenalmente os Almoços Empresariais, completou seu 12º encontro entre diretores da entidade e empresários, realizado no Centro Português, costumeiramente às 12 horas. A Delegada disse que neste mês de agosto completa o quarto mês de trabalho desenvolvido pela IGF - Inspeção Geral de Fiscalização, onde convocou cerca de 42 agentes fiscais apresentando um trabalho de profissionais competentes e responsáveis, realizando autos de infração condenáveis, porém, diz que pretende trabalhar com uma fiscalização preventiva e não punitiva, caso seja necessário aplicará o que a lei determina.



Fernando Henriques anuncia Delegada da Receita, durante o 12º almoço empresarial

Nair Rhonda disse que o projeto foi especificamente, para avaliar a regularidade no recolhimento do ICMS oriundo das operações praticadas pelos setores mais visados como: frigoríficos, cerealistas, cafezeiras, usinas de açúcar e destilarias de álcool, laticínios, etc, que abrange todo o Estado do Paraná,

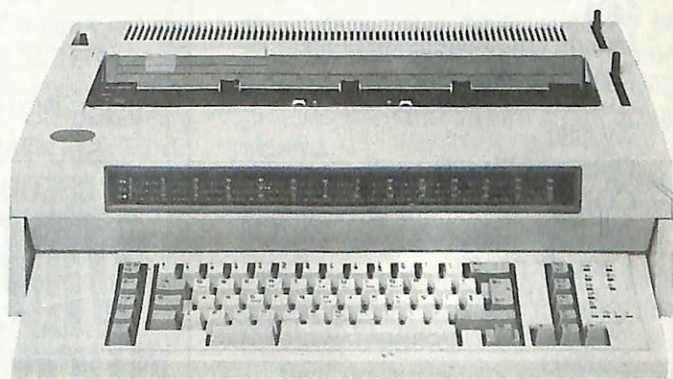
principalmente nas regiões de maior concentração das empresas que operam neste ramo como Maringá, Londrina, Apucarana, Paranavaí e Umuarama. O fisco, tem sido realizado por profissionais de alto nível, com a finalidade de minimizar os efeitos nocivos à sociedade de uma sonegação fiscal.

Setembro  
preço especial

## ELETRÔNICA II IBM

MAIS FUNÇÕES, MUITO MAIS  
PRODUTIVIDADE.

A nova Eletrônica II IBM é mais um passo da evolução das máquinas de escrever. Além das vantagens que você já conheceu na Eletrônica IBM, ela traz inovações que representam não só o avanço da tecnologia IBM, mas também a resposta a necessidades detectadas junto às secretárias.



**Memória**



MEMÓRIA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.  
Rua Santos Dumont, 3399 - Fone: (0442) 24-9876  
CEP 87013 - MARINGÁ - PARANÁ

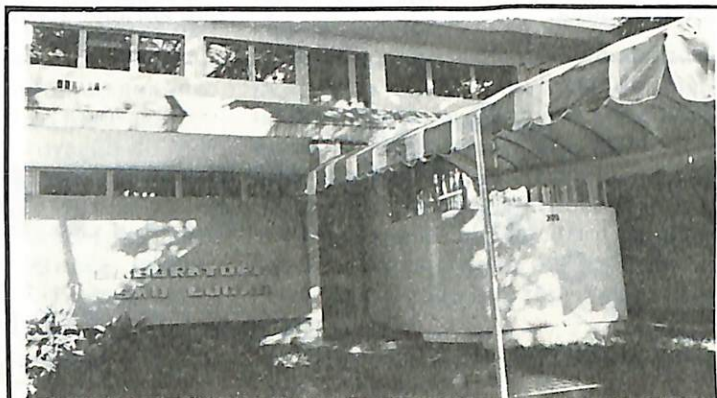
# NOVOS SÓCIOS

- ALTER PROMOTORA DE EVENTOS  
Rua Néo Alves Martins, 892 - fone 22-6282
- ROMANE MODAS  
Av. Brasil, 2984 - fone 22-0803 (re-cado)  
Ind. e com. de roupas e agasalhos
- ÓTICA CRISTILINA  
Rua Santos Dumont, 3471 - fone 24-0243
- MARLENE MACIEL BARBOSA  
Av. Paraná, 793 S/11 - fone 24-8774  
Representações comerciais
- GAPLAN CONSÓRCIO NACIONAL  
Rua Néo Alves Martins, 1215 - fone 22-5557  
Administradora de bens
- ADEIR CONFECÇÕES  
Av. Paissandú, 804 - fone 26-2438  
Ind. e com. de confecções
- CONFECÇÕES LELZA  
Av. Riachuelo, 682 - fone 23-1428  
Ind. e com. de confecções
- BRASWEY  
Rod. PR 323, km 1 - fone 24-2285  
Ind. e com. de rações e oleoginosas
- R. S. COM. DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA  
Av. São Paulo, 832 - fone 23-6686
- VOUGA HOTEL  
Av. Herval, 670 - fone 22-2123
- OLVEBRA INDUSTRIAL S.A. DIVISÃO EMBRASA  
Av. Colombo, 653 - fone 28-7404/5403  
Ind. de embalagens metálicas
- MARKA MODAS  
Av. Pedro Taques, 2165 - fone 22/7980  
Com. varejista de confec. em geral
- CONTINI PAPÉIS  
Av. Riachuelo, 654 - fone 22-3335  
Com. de papéis
- LOOP JEANS  
Rua Santos Dumont, 1970 - fone 22-8903  
Com. varejista de vestuário e acessórios
- JOB CENTER  
Rua Santos Dumont, 287 - fone 26-1995
- Empreiteiros e locadores de mão-de-obra
- PARANÁ SAÚDE  
Rua das Camélias, 32 - fone 24-0896  
Prestação de serviços na área de saúde
- VISOLUX PAINÉIS  
Av. Paranaíba, 144 - fone 24-1204  
Painéis rodoviários - Ind. e com.
- JORNAL MARINGÁ CITY NEWS  
Av. Brasil, 3080 - S/14 - fone 26-2827  
Prestação de serviços em publicidade e propaganda
- CASA DA BOTINA  
Av. Pedro Taques, 173 - fone 23-0027  
Com. de calçados
- MÓVEIS SENA  
Av. Brasil, 5111 - fone 24-1633
- Ind. e com. de móveis
- MÓVEIS ROMERA - LOJA 3  
Av. Brasil, 2489 - fone 22-3626
- ART-MALHA  
Av. Brasil, 3080 S/05 - fone 22-0742  
Prestação de serviços de ensino de corte e costura
- PATRIMÔNIO CORRETORA DE IMÓVEIS  
Rua Néo Alves Martins, 2762 - S/11 - fone 23-2326  
Adm., venda e locação de imóveis
- ESAL - REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
Av. Paranaíba, 77 - fone 25-3658  
Representações comerciais
- CREDICENTER  
Av. Brasil, 3746 - fone 23-2410  
Com. de confec. e atacado

- ALTER PROMOTORA DE EVENTOS  
Rua Néo Alves Martins, 892 - fone 22-6282
- ROMANE MODAS  
Av. Brasil, 2984 - fone 22-0803 (re-cado)  
Ind. e com. de roupas e agasalhos
- ÓTICA CRISTILINA  
Rua Santos Dumont, 3471 - fone 24-0243
- MARLENE MACIEL BARBOSA  
Av. Paraná, 793 S/11 - fone 24-8774  
Representações comerciais
- GAPLAN CONSÓRCIO NACIONAL  
Rua Néo Alves Martins, 1215 - fone 22-5557  
Administradora de bens
- ADEIR CONFECÇÕES  
Av. Paissandú, 804 - fone 26-2438  
Ind. e com. de confecções
- CONFECÇÕES LELZA  
Av. Riachuelo, 682 - fone 23-1428  
Ind. e com. de confecções
- BRASWEY  
Rod. PR 323, km 1 - fone 24-2285  
Ind. e com. de rações e oleoginosas
- R. S. COM. DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA  
Av. São Paulo, 832 - fone 23-6686
- VOUGA HOTEL  
Av. Herval, 670 - fone 22-2123
- OLVEBRA INDUSTRIAL S.A. DIVISÃO EMBRASA  
Av. Colombo, 653 - fone 28-7404/5403  
Ind. de embalagens metálicas
- MARKA MODAS  
Av. Pedro Taques, 2165 - fone 22/7980  
Com. varejista de confec. em geral
- CONTINI PAPÉIS  
Av. Riachuelo, 654 - fone 22-3335  
Com. de papéis
- LOOP JEANS  
Rua Santos Dumont, 1970 - fone 22-8903  
Com. varejista de vestuário e acessórios
- JOB CENTER  
Rua Santos Dumont, 287 - fone 26-1995

VOCÊ PERDEU  
SEU TALÃO  
DE CHEQUES?

**VIDEO  
CHEQUE**  
26-1331



**CENTRAL:**  
AV. PARIGOT DE SOUZA, 391 - FONE: (0442) 24-5344  
**POSTO AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES**  
AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES, 680 - FONE: (0442) 24-0380  
**POSTO HOSPITAL SANTA RITA**  
RUA LOPES TROVÃO - FONE: (0442) 24-1195  
MARINGÁ - PR

# Locação e Ponto Comercial

A locação comercial que não estiver na égide do Decreto nº 24.150/34, isto é, quando não concorrerem os seguintes requisitos:

- a) Contrato escrito por prazo determinado;
- b) Prazo contratual mínimo de 05 (cinco) anos;
- c) Locatário explorando o mesmo ramo de comércio pelo prazo ininterrupto de 03 (três) anos. Serão regidas pela Lei do Inquilinato (6.649/79), assim, conseqüentemente, todo contrato comercial com prazo inferior a cinco anos, rege-se pela Lei do Inquilinato, executando apenas o item que trata da retomada, pois a locação comercial possibilita a chamada DENÚNCIA VAZIA do contrato, sem que o locatário tenha qualquer direito de luvas, indenização ou renovação contratual.

Mantida a DENÚNCIA VAZIA pa-

ra as locações não residenciais, estas com contratos vencidos, não renovados, por prazo indeterminado, ficam sujeitas à retomada imotivada, subordinada exclusivamente ao arbítrio do locador, nos termos do Artigo 1.209 do Código Civil Brasileiro.

Denomina-se DENÚNCIA VAZIA a faculdade contida no Art. 1.209 C.C.B., que faculta ao locador, independentemente de Justificação, dar por rescindida a locação por prazo indeterminado, simplesmente por não lhe convir a manutenção da relação "ex locato".

Se a locação comercial estiver obrigada por contrato a prazo determinado e sob o regime do Decreto nº 24.150/34, e portanto, estarem sujeitas à renovação quinquenal através do processo judicial, ou, como prescreve o § 3º do Art. 1º da Lei nº 6.649/79, a locação estaria sujeita ao regime atual do inquilinato, em que se faculta ao locador retomar o imóvel por simples Denúncia Vazia.

Às locações comerciais e industriais aplicam-se as normas de direito material da nova Lei do Inquilinato e as normas específicas do Código Civil, visto que o Decreto nº 24.150/34 rege apenas o processamento das ações renovatórias. Todas as locações comerciais e industriais que não possam se valer do Decreto nº 24.150/34, ou que tenham decaído desse direito por inércia do titular, não propondo a renovatória em tempo hábil, estão sob a égide da Lei do Inquilinato (6.649/79).

E o que vem a ser PONTO COMERCIAL?

Ponto, na linguagem de direito comercial, significa o local onde o comerciante se estabelece, para o qual flui sua clientela. O ponto é assim um valor abstrato que surge da união de vários fato-

res, tais como a localização privilegiada, a habilidade do negócio, o costume dos clientes em se dirigirem para aquela loja, etc. A questão acresce de importância, obviamente, nas locações comerciais, por quanto o direito ao ponto, pertencendo ao comerciante que efetivamente utiliza o imóvel, destaca-se, dissocia-se, da propriedade. Noutras palavras, o imóvel é bem corpóreo que continua a pertencer ao proprietário locador, enquanto o ponto é bem incorpóreo, valor que pode ou não pertencer ao comerciante-locatário.

Para o comerciante-locatário ter direito ao ponto, é irrelevante o tempo da locação, o importante é saber se as atividades do locatário naquele ponto estão abrigadas por contrato a prazo determinado e sob o regime do Decreto nº 24.150/34 (Lei de Luvas), e portanto estariam sujeitas à renovação quinzenal através de processo judicial, ou, como prescreve o § 3º do Art. 1º da Lei nº 6.649/79, a locação estaria sujeita ao regime atual do inquilinato, em que faculta ao locador retomar o imóvel por simples denúncia vazia. Havendo renovação judicial no prazo legal (um ano e seis meses antes do término do contrato) o locatário terá direito a indenização. Agora, não havendo a renovação judicial, não terá direito a indenização alguma.

Em suma, o direito de renovação compulsória somente é possível caso a locação esteja sob a proteção da Lei de Luvas. Do contrário, o locador nem precisará justificar a retomada, mas somente reaver o imóvel por denúncia vazia, ao final do contrato a prazo determinado.

OBS.: Este artigo foi redigido em 30 de Agosto de 1990.

Autora: Isabella Maria Pinheiro Polonio Renzetti.

## ÍNDICE

Locação e Ponto Comercial .....	15
Comportamento Conjuntural .....	16
Franquia ou "Franchising" .....	17
Insalubridade .....	18
DCTF .....	20
Rescisão de Contrato .....	21
Tabela Prática	
Tabelas - BTNF .....	22

# Comportamento conjuntural do comércio varejista do Município de Maringá

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa realizada entre os dias 19.07.90 a 20.08.90, com o objetivo de levantar dados e informações sobre a participação das vendas à vista, de determinados ramos de atividades do Comércio Varejista, no total das vendas realizadas por estes ramos. Para tanto foram selecionados seis ramos de atividades: Calçados; Confecções; Tecidos; Móveis e Eletrodomésticos; Materiais de Construção; Supermercados.

Além dos dados referentes a participação das vendas à vista, foram coletadas informações sobre o comportamento destas no primeiro semestre de 1990 relativamente ao mesmo período do ano de 1989. Com relação aos Supermercados as informações solicitadas restringiram-se as vendas totais, tendo em vista que os mesmos não realizam vendas a prazo. Um vez realizado este levantamento de dados e informações, foram obtidos os seguintes resultados em cada ramos de atividade:

## Calçados:

Em médio os estabelecimentos comerciais que atuam neste ramo têm um volume de vendas à vista que representa 33% do total de vendas realizadas pelo ramo.

No que diz respeito a variação do volume de vendas à vista durante o primeiro semestre de 1990, relativamente a igual período em 1989, houve em geral, uma queda entre 10% a 50%, salvo poucas empresas que obtiveram resultados positivos.

Segundo informações obtidas junto às empresas pesquisadas, os fatores econômicos que proporcionaram este comportamento desfavorável no volume de vendas à vista durante o primeiro semestre do corrente ano, foram (dentre outros):

\* A nova política econômica aplicada pelo Plano de Estabilização Brasil Novo, com caráter contracionista visando o desaquecimento do consumo e contenção da especulação financeira, via política monetária restritiva:

\* Indefinição do Governo em relação a uma nova política salarial, acarretando uma certa insegurança por parte dos consumidores quanto ao futuro, principalmente a grande massa de assalariados que representam as classes sociais mais baixas.

## Tecidos

A participação média das vendas à vista no volume total de vendas realizado pelas empresas que constituem este ramo de atividades, é de 35%.

No que tange o comportamento das vendas à vista no primeiro semestre de 1990 em relação a igual período do ano de 1989, este não se apresentou de maneira uniforme para todo o universo de estabelecimentos comerciais pesquisados, demonstrando três situações distintas, a saber:

\* O volume de vendas à vista durante o primeiro semestre de 1990, foi maior que o verificado no mesmo período de 1989;

\* O volume de vendas à vista durante o primeiro semestre de 1990, foi igual ao verificado no mesmo período de 1989;

\* O volume de vendas à vista durante o primeiro semestre de 1990, foi menor que o verificado no mesmo período de 1989.

Em termos de percentuais o desempenho das vendas à vista oscilou entre -20% a +6%.

Como é perceptível, nesta ramo de atividade as informações sobre o comportamento do volume de vendas à vista nos seis primeiros meses deste ano são divergentes. Isto se deve às características específicas de cada estabelecimento quanto a comercialização de seus produtos. Através do levantamento de dados e informações do referido ramo, verificou-se que dentre as empresas pesquisadas as que apresentam uma participação mais expressiva das vendas à vista no volume total de vendas, depararam-se com dificuldades maiores para aumentarem estas vendas.

Além deste fator, um outro, também relevante, é o fato de que empresas cuja linha de produtos comercializáveis abrangem não somente tecidos, mais também confecções e até mesmo calçados, demonstraram resultados melhores, algumas destas obtendo crescimento no volume de vendas à vista no referido período comparativamente ao ano de 1989.

## Supermercados

As empresas que atuam no ramo de atividades Supermercados, obtiveram um desempenho satisfatório durante o primeiro semestre de 1990, no que diz

respeito ao volume de vendas realizado neste período. Embora somente parte dos estabelecimentos tenham obtido um crescimento no volume de vendas naquele período do corrente ano, os demais mantiveram o nível de suas vendas estável comparativamente ao ano de 1989.

O comportamento do volume das vendas, em termos percentuais, oscilou entre 0 a 20% de acréscimo em 1990 relativamente a 1989.

Baseando-se nestes dados e nas informações fornecidas pelas empresas pesquisadas, o impacto da nova política econômica fomentada pelo Plano Brasil Novo, apresentando um receituário contracionista visando o controle mais efetivo das pressões de demanda, proporcionadas pelo crescimento do consumismo indiscriminado, teve reflexos sobre o nível de vendas realizadas pelo citado ramo. Porém, não foram perniciosos a ponto de causarem reduções neste nível, tal fato é comprovado pelo desempenho positivo de parte das empresas pesquisadas e pela manutenção do volume de vendas das demais, em patamares iguais aos observados no primeiro semestre de 1989.

## Materiais de Construção

Os estabelecimentos comerciais componentes do ramo de atividade Materiais de Construção, tem uma participação média das vendas à vista no total das vendas realizadas pelo ramo de aproximadamente 65%.

Em relação ao primeiro semestre de 1990, o comportamento das vendas à vista, relativamente ao ano de 1989, apresentou uma performance de, em média 14% de crescimento.

De acordo com estes dados, levantados junto ao universo de empresas pesquisadas, nos primeiros seis meses do ano de 1990 esse ramo obteve um desempenho favorável, levando-se em consideração o fato de tratar-se de um período marcado por instabilidade econômica. Este desempenho torna-se ainda mais expressivo na medida em que uma porção considerável do total de vendas realizadas por empresas deste ramo são à vista, 65% em média.

Este crescimento médio de 14% nas vendas à vista, além de refletir o bom desempenho do ramo, evidencia o fato de que, ao contrário de outras regiões do país (em particular grandes centros urbanos), a indústria da Construção Civil de Maringá e região de abrangência não sofreu uma paralisia em suas atividades, como reflexo do choque econômico proporcionado pelo novo Pla-

no de Estabilização, permanecendo ativa e demandando matérias-primas fornecidas por empresas de materiais de construção do Município.

#### Confecções

Dentre as formas de comercialização realizadas pelo ramo de atividade confecções, as vendas à vista representam 30% em média.

No decorrer dos primeiros seis meses deste ano, o volume de vendas à vista, para a amostragem de estabelecimentos pesquisados, foi menor que o verificado no mesmo período de 1989. Houve uma queda neste volume de 20% em média, comparativamente ao observado no ano de 1989.

Os fatores que acarretaram tal comportamento foram os mesmos que afetaram os estabelecimentos comerciais revendedores de calçados, vale dizer: a nova política econômica aplicada pelo Plano de Estabilização Brasil Novo; a indefinição de uma nova política salarial. Acrescentando-se a estas a sazonalidade de demanda derivada das mudanças de estações climáticas, proporcionando aos consumidores uma certa indefinição quanto aos artigos a serem comprados.

#### Móveis e Eletrodomésticos

Neste ramo de atividade aproximadamente 15% das vendas totais realizadas por suas empresas são à vista.

Ao término do primeiro semestre de 1990 os resultados obtidos pelo ramo, no que diz respeito ao volume de vendas à vista, foram significativamente inferiores aos verificados no mesmo período do ano de 1989. Em média, houve uma queda de 25% naquele volume.

As causas apontadas pelos empresários consultados, que atuam no ramo, são as seguintes:

Uma vez observada a indefinição do governo no que tange a política salarial, aliada ao bloqueio do saldo das contas correntes das cadernetas de poupança e demais aplicações financeiras, o posicionamento dos consumidores foi o de cautela. Dando preferência à aquisição de bens de consumo imediato, deixando em segundo plano as compras de bens de consumo semi-duráveis e duráveis.

Além destes fatores, contribuiu também para o comportamento negativo do volume de vendas à vista no período a queda das taxas de juro no comércio, dando margem a um aumento das vendas a prazo. Nestes termos, os descontos oferecidos nas compras à vista tornaram-se menos atrativos aos consumidores, tendo como melhor opção às com-

pras pelo crediário.

Assim sendo, pode-se concluir que, a exemplo de outras regiões do país que também apresentam um Comércio Varejista expressivo, o Comércio Varejista do Município sofreu o impacto recessivo do novo Plano de Estabilização Econômica. Repercutindo negativamente sobre o desempenho de seus ramos de atividades que comercializam bens de consumo semi-duráveis e duráveis.

Em relação ao ramo de atividade supermercados, cujas empresas consti-

tuintes comercializam basicamente bens de consumo imediato, os efeitos foram consideravelmente menores, visto que, na pior das hipóteses os estabelecimentos apresentaram o mesmo comportamento verificado no ano de 1989. Já os estabelecimentos comerciais revendedores de materiais de construção, obtiveram um significativo crescimento no volume de suas vendas durante o período considerado, o que pressupõe o bom desempenho da Indústria de Construção Civil do Município.

## FRANQUIA OU "FRINCHISING"

# Quem lucra com a marca dos outros

Em linhas gerais, Franquia ou "Frinchising", é o contrato pelo qual uma das partes (franqueador ou franchisor) concede, por certo tempo, à outra (franqueado ou franchise) o direito de comercializar marca ou produto que lhe pertence, com assistência técnica permanente, recebendo, em troca, certa remuneração.

Para que se caracterize o contrato de Franquia é necessário:

- Presença do franqueador e do franqueado, que deverão ser comerciantes;
- Exploração da marca ou produto, com assistência técnica do franqueador. Essa assistência técnica, deverá ser fixada em contrato, por ser um campo muito amplo;
- Independência do franqueado, pois não há qualquer vínculo de subordinação entre ele e o franqueador;
- Rede de distribuição de produtos em condições pouco onerosas para o franqueador;
- Exclusividade do franqueador, em certo território, para vender os produtos;
- Onerosidade do contrato, visto que, em regra, o franqueado deverá pagar ao franqueador não só uma taxa de filiação pela concessão da franquia, mas também importâncias suplementares, consistentes em por centagens sobre os produtos vendidos, o que diminuirá os lucros do franqueado, e representarão a remuneração do franqueador pela concessão de suas marcas na comercialização dos produtos;
- Obrigações do franqueado de manter a reputação dos produtos que distribui.

A Franquia, por não estar regulada em Lei reger-se-á por cláusulas contratuais de tipos variados, de acordo com a natureza, a importância dos produtos e o interesse das partes.

Se extingue o contrato de Franquia, pela:

- Expiração do prazo convencionado;
- Distrato;
- Resilição unilateral;
- Cláusula que permita sua extinção por ato unilateral, mesmo sem justa causa

No Brasil, o "Frinchising" começou por intermédio das distribuidoras SHELL - presentes há mais de 80 (oitenta) anos no País, mas realmente,

as atividades relacionadas a Franquia começaram a se deslançar a partir de 1986. Em julho de 1987, foi criada a Associação Brasileira de "Frinchising" (ABF), entidade que reúne 320 (trezentos e vinte) associados entre franqueadores, e profissionais liberais envolvidos com o sistema. Tudo, isso envolve meio milhão de empregos diretos e negócios de cifras não calculadas.

O sistema de "Frinchising" aparece como o negócio do momento, sendo considerado a melhor forma de expansão para pequenos e médios empreendedores que desejam abrir seu próprio negócio e minimizar os riscos do fracasso com a adoção de uma marca já conhecida no mercado.

O maior e mais bem sucedido exemplo mundial de franquia é o restaurante "MC DONALD'S", com 11.200 (onze mil e duzentas) lojas instaladas no mundo.

No Brasil, uma das maiores redes de "Frinchising" em número de lojas é a ÁGUA DE CHEIRO (Perfumaria fina) e no setro de confecções é a ELLUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. que tem atualmente a maior rede de lojas franqueadas.

Um candidato à Franquia, esbarra na fina malha de uma rigorosa seleção dos candidatos à parceria em suas atividades. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Frinchising realizado no ano passado havia, na ocasião, cinco mil ofertas de franquias. Na mesma época a demanda de interessados estaria na casa dos oitenta mil candidatos.

Segundo Marcus Rizzo, um dos sócios da Pró-Frinchising, consultoria em serviços especializados para o franqueador, e do Instituto Brasileiro do "Frinchising" (IBF), entidade privada voltada para desenvolver o "Frinchising", no País, constatou nesta década, que o Brasil será o terceiro País em operação do "Frinchising", superado pelo Estados Unidos da América e o Japão.

Fonte bibliográfica: Diniz, Maria Helena, Curso de Direito Civil Brasileiro, 3º Volume.

Relatório da Gazeta Mercantil de 11 e 13 de Agosto de 1990.

Isabella Maria Pinheiro Potonilo Renzetti Assistente Jurídica

# Insalubridade

São atividades insalubres ou operações insalubres aquelas que expõe seus empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância:

15.1 - São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1. - Acima dos limites de tolerância previstos nos anexos nºs 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2. - Anexo dos níveis mínimos de iluminação fixados no anexo nº 4, exceto nos trabalhos de extração de sal (salinas);

15.1.3. - Nas atividades mencionadas nos anexos nºs 6.13 e 14;

15.1.4. - Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos anexos nºs 7, 8, 9 e 10;

15.1.5. - Entende-se por Limite de Tolerância, para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador durante a sua laboral.

15.2 - O exercício de trabalho em condições de insalubridade, de acordo com os subitens do item anterior, assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre 40 BTN mensais.

15.2.1. - 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;

15.2.2. - 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio;

15.2.3. - 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

15.3. - No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade. Será apenas considerado o de grau mais elevado, para efeito de acréscimo salarial sendo vedada a percepção cumulativa

15.4. - A eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.

14.4.1. - A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:

a) com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

b) com a utilização de equipamento de proteção individual.

15.4.1.1. - Cabe à DRT, comprovada a insalubridade por laudo do engenheiro ou médico do Trabalho do MTB:

a) notificar a empresa, estipulando prazo para a eliminação ou neutralização do risco, quando possível;

b) fixar adicional devido aos empregados expostos à insalubridade, quando impraticável sua eliminação ou neutralização.

15.4.1.2. - A eliminação ou neutralização da insalubridade ficará caracterizada através de avaliação pericial por órgão competente, que comprove a inexistência de risco à saúde do trabalhador.

15.5. - É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho, através das DRTs, a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou determinar atividade de insalubre.

15.5.1. - Nas perícias requeridas às Delegacias Regionais do Trabalho, desde que comprovada a insalubridade, o perito do Ministério do Trabalho indicará o adicional devido.

15.6. - O perito descreverá no laudo a técnica e a aparelhagem utilizadas.

15.7. - O disposto no item 15.5. não prejudica a ação fiscalizadora do MTB, nem a realização ex-offício da perícia, quando solicitado pela Justiça, nas localidades onde não houver perito.

## Graus de Insalubridade

Anexo.

Atividades ou operações que expõem o trabalhador a percentual:

01 - Níveis de ruído contínuos ou intermitentes superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro e no item 6 deste anexo - 20%

02 - Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 deste Anexo - 20%

03 - Exposição ao calor com valores de I.B.U.T.G. superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros nºs 1 e 2 deste anexo - 20%

04 - Níveis de iluminação inferiores aos mínimos fixados no Quadro nº 1 deste Anexo - 20%

05 - Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste anexo - 40%

06 - Ar comprimido - 40%

07 - Radiações não ionizantes consideradas insalubres em decorrência de ins-

peção realizada no local de trabalho - 20%

08 - Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local do trabalho 20%

09 - Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho 20%

10 - Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho - 20%

11 - Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites da tolerância fixados no Quadro nº 1 deste Anexo 10%, 20% e 40%

12 - Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo - 40%

13 - Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho - 10%, 20% e 40%

14 - Agentes biológicos - 20% e 40%

Empresa com insalubridade simultânea. Nestes casos considera-se apenas o percentual mais elevado, e vedada a percepção cumulativa.

Exemplo.

Supondo que uma empresa expõe seus empregados a determinados agentes insalubres:

a) Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância com grau mínimo ou seja 10%

b) Níveis de iluminação inferiores aos mínimos fixados como grau de 20%

c) Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância ou o grau de 40%, ou seja, grau máximo.

Nesta hipótese, esta empresa deve pagar 40% de insalubridade e não 70% (10% + 20% + 40%).

## Nas Empresas com Atividades Insalubres e Perigosas (Opção)

Os serviços prestados como graus de riscos simultâneos (insalubres e perigosos) faculta aos empregados optar por apenas um dos adicionais devidos.

Nota: Adicional insalubridade corresponde aos graus de riscos.

Mínimo ..... 10% de BTN

Médio ..... 20% de BTN

Máximo ..... 40% de BTN

Enquanto o adicional periculosidade é de 30% do SM sem acréscimos resultantes de gratificação, participação e outros prêmios.

Efeitos das Férias - 13º Salário

FÉRIAS: O adicional de insalubridade é computado no salário que serve de base para o cálculo da remuneração das

férias.

**13º SALÁRIO:** O adicional de insalubridade integra o salário para computo do 13º salário conforme jurisprudência interativa dos tribunais:

“O Adicional de insalubridade, como o de periculosidade, pago em caráter permanente em razão da prestação de serviço em local insalubre ou perigoso, integra o cálculo não só do pagamento de hora extra, como o da gratificação natalina ou 13º salário”. (TRT 1ª Região - Processo 546/71).

“O Adicional de insalubridade reflete sobre a gratificação de Natal, as férias e os depósitos do FGTS, jurisprudência interativa” (AI-3.426/76 - TRT - 2ª Região - Rel. Min. Orlando Teixeira da Costa - 2ª T. 295/77 - DJU 03.06.77 - LTJ Nº 4 Página 54).

#### **Horário de Trabalho**

**Prorrogação** - Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, ou que neles venham a ser incluídas por ato de Ministério do Trabalho, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene trabalho, as guias para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e a verificação dos métodos e processos de trabalho.

**EXAME MÉDICO** - No exame médico adicional ou periódico, sempre que o recém-contratado tenha trabalhado exposto a determinado agente insalubre capaz de causar lesões pulmonares detectáveis por telerradiografia.

Os exames periódicos para as empresas com atividades insalubres renova-se de 6 em 6 meses e a telerradiografia anualmente e a abreugrafia é renovada de 2 em 2 anos.

**NOTA** - No término do contrato de trabalho, na atividade de operações insalubres constantes na NR 15, desde que o último exame tenha sido realizado há mais de 90 dias, respeita-se, contudo, o período do exame radiológico anual e para a telerradiografia, é de 2 em 2 anos para a abreugrafia.

#### **Condições Sanitárias**

##### **Obrigatória**

Nas empresas com operações insalubres ou nos trabalhos com exposição a substâncias tóxicas, poeiras ou substâncias que provoquem sujidade é exigido um lavatório para cada 10 trabalhadores no conjunto de instalação sanitária, também é exigido um chuveiro para cada 10 empregados e nos casos em que

estejam expostos a calor intenso.

**Vestiários** - Nas atividades e operações insalubres, bem como nas atividades incompatíveis com o asseio corporal, que exponham os empregados a poeiras e produtos graxos e oleosos, os armários serão de compartimentos duplos.

Os armários de compartimentos duplos terão as seguintes dimensões mínimas:

a) 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura por 0,30m (trinta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade, com separação ou prateleira, de modo que um compartimento com a altura de 0,80m (oitenta centímetros), se destine a abrigar a roupa de uso comum e outro compartimento, com altura de 0,40m (quarenta centímetros) a guardar a roupa de trabalho; ou

b) 0,80m (oitenta centímetros) de altura por 0,50m (cinquenta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade, com divisão no sentido vertical, de forma que os compartimentos com largura de 0,25m (vinte e cinco centímetros) estabeleçam, rigorosamente, o isolamento das roupas de uso comum e de trabalho.

**Refeitórios** - O refeitório deverá ser instalado em local apropriado, não se comunicando diretamente com os locais de trabalho, instalações sanitárias e locais insalubres ou perigosos.

É proibida, ainda que em caráter provisório, a utilização do refeitório para depósito, bem como para quaisquer outros fins.

Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de 30 (trinta) até 300 (trezentos) empregados, embora não seja exigido o refeitório, deverão ser asseguradas aos trabalhadores condições suficientes de conforto para a ocasião das refeições.

#### **Trabalho Da Mulher E Do Menor**

É proibido o trabalho do menor nas atividades perigosas e insalubres especificadas no seguinte quadro:

##### **SERVIÇOS PERIGOSOS OU INSALUBRES**

- 1 - Trabalho com chumbo e seus compostos.
- 2 - Trabalho com mercúrio e seus compostos.
- 3 - Trabalho com fósforo e seus compostos.
- 4 - Trabalho com cromo e seus compostos.
- 5 - Trabalho com arsênio e seus compostos.
- 6 - Trabalho com benzeno e seus homó-

logos e derivados.

7 - Trabalho com hidrocarburetos.

8 - Trabalho com sulfureto de carbono.

9 - Trabalho com rádio, raio x e corpos radioativos.

10 - Trabalho com alcatrão, breu, betume, óleos minerais, parafinas e seus compostos.

11 - Operações industriais que desprendam poeiras de sílica livre.

12 - Operações em que se dêem exalações de flúor, cloro, bromo e seus derivados tóxicos.

13 - Manipulação ou transporte de produtos oriundos de animais carbunculosos.

14 - Fabricação e manipulação de gases tóxicos.

15 - Fabricação e manipulação de ácidos fosfóricos, acético, azótico, salicílico, sulfúrico e clorídrico.

16 - Fabricação de colódio, celulóide e produtos nitrados análogos.

17 - Fabricação de potassa e soda.

18 - Fabricação e transporte de explosivos.

19 - Afiação de instrumentos e peças metálicas em rebolo ou a esmeril.

20 - Manutenção, condução e vigilância de linhas de alta tensão, aparelhos e máquinas elétricas em certas condições perigosas.

21 - Limpeza de máquinas ou motores em movimento.

22 - Trabalho com serras circulares.

23 - Trabalhos prestados no período compreendido entre as 22 horas e as 5 horas.

#### **Locais Perigosos e Insalubres**

1 - Subterrâneos e minerações em subsolo.

2 - Ambientes com frio, calor ou umidade excessivos.

3 - Atmosferas comprimidas ou rarefeitas.

4 - Galerias ou tanques de esgotos.

5 - Curtumes (trabalho de escarnagem).

6 - Matadouros.

7 - Construções públicas ou particulares.

8 - Pedreiras.

9 - Locais onde haja livre despreendimento de poeiras, tais como os de trabalhos das bateadeiras das fiações de algodão; fabricação de cal, inclusive o serviço dos fornos; cantarias, preparação de cascalho; cerâmica; trabalhos na lixa das fábricas de chapéus de feltro; fábricas de botões e outros artefatos de nácar, de chifre ou de osso; fábricas de cimento, colchoarias; fábricas de cortiças, de cristais, de esmaltes, de estopas de gesso, de louças; preparo e trabalho com matérias minerais em geral; opera-

# D C T F

## Entrega fora do prazo:

No ato da entrega, com atraso, da DC-  
TF, o contribuinte deverá comprovar o  
recolhimento da multa de 69,20 BTN  
Fiscal por mês calendário ou fração,  
com redução de 50% quando cabível  
(subitem 6.1 "b" e 6.2 do Anexo II da IN  
SRF nº 120/89), mediante exibição do  
DARF respectivo. Está limitado ao valor  
dos tributos e ou contribuições de-  
clarados (subitem 6.3 do Anexo II da IN  
SRF nº 120/89), respeitado esse limite  
em relação a cada declaração entregue.  
Caso o valor das contribuições e/ou tri-  
butos que não esteja expresso em BTN  
Fiscal será convertido em número de  
BTN do mês em que deveria ter sido  
entregue a DCTF.

O valor em cruzeiros da multa será  
obtido mediante a multiplicação da  
quantidade de BTN Fiscal devida pelo  
valor deste na data do recolhimento.

### Dispensa da entrega do DCTF:

Ficam dispensados a entrega da DCTF,  
os estabelecimentos, os contribuintes e  
os responsáveis que apurarem, no mês,  
crédito tributário de valor:

a) igual ou inferior a 200 BTNF, in-  
dependente do valor apurado nos meses  
anteriores;

b) superior a 200 BTNF, quando a mé-  
dia da soma dos débitos totais apurados  
de janeiro até o período de apuração a  
ser declarado for igual ou inferior a 200  
BTNF.

Com relação aos débitos que foram  
apurados no período de julho a dezem-  
bro de 1990, deverão ser computados,  
para os fins previstos na letra "b", os  
valores apurados a partir de janeiro de  
1990, inclusive.

O contribuinte pessoa jurídica ou a ela

equiparado, na forma da legislação per-  
tinentes, que se beneficiar do disposto  
no item anterior, ficará obrigado a apre-  
sentar, em formulário simplificado, de-  
claração anual dos tributos e/ou con-  
tribuições apurados no decorrer do e-  
xercício.

A dispensa da apresentação da DCTF,  
ou a possibilidade de sua apresentação  
de forma anual, não desobriga o esta-  
belecimento, o contribuinte ou o res-  
ponsável de efetuar o recolhimento dos  
tributos e/ou contribuições que deve-  
riam constar dessa declaração.

A dispensa da entrega da DCTF, apre-  
sentado neste trabalho, aplica-se aos  
débitos apurados a partir do mês de  
julho de 1990.

## FUNDAMENTO LEGAL:

IN 107 e 108 de 1990

Obs.: Integra IN 120/89: - Anexo II -  
Subitem: ".1 - b) multa de 69,20 BTN  
Fiscal por mês-calendário ou fração de  
atraso, independente da sanção da alí-  
nea anterior se a declaração não for a-  
presentada ou se for apresentada fora  
do prazo.

6.2 As multas cabíveis serão lançadas  
com redução de 50% (cinquenta por  
cento) quando a declaração ou a infor-  
mação for apresentada:

a) fora do prazo, mas antes de qualquer  
procedimento "ex officio"; ou

b) dentro do prazo fixado em intimação  
específica para sua apresentação.

6.3 - A multa prevista na alínea "b" do  
subitem 6.1, com a redução prevista no  
subitem 6.2, caso a mesma seja cabível,  
não poderá exceder ao valor total das  
contribuições e/ou tributos que deve-  
riam ter sido declarados".

## Decreto nº 99467, de 20.08.90 - DOU de 21.08.90

### Comércio varejista em geral - Funcionamento aos domingos - Possibilidade

Faculta ao comércio varejista em geral  
o funcionamento aos domingos.

O Presidente da República, no uso da  
atribuição que lhe confere o artigo 84,  
inciso IV, da Constituição e nos termos  
do art. 10, parágrafo único, da Lei nº  
605, de 05 de janeiro de 1949, Decreta:  
Art. 1º - Fica facultado o funcionamen-  
to aos domingos do comércio varejista  
em geral, desde que estabelecido em  
Acordo ou Convenção Coletiva de Tra-  
balho, respeitadas as normas de prote-  
ção ao trabalho e o art. 30, inciso I,

Constituição Federal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na  
data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em  
contrário.

Fernando Collor

Antonio Magri

Nota da Redação:

O art. 30, inciso I, da Constituição Fede-  
ral, dispõe:

"Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse  
local;..."

ções de separação dos trapos e farrapos  
para a fabricação de papel; peletenas,  
preparação de plumas, fábricas de por-  
celanas e de produtos químicos.

10 - Locais em que se desprendem vapo-  
res nocivos, tais como os das destilações  
e depósitos de álcool; fábricas de ar-  
tefatos de borracha; fábricas de cerveja;  
tinturarias das fábricas de chapéus de  
feltro; fábricas de couros envernizados;  
preparações de crinas e plumas; ofici-  
nas de douração, prateação e niquela-  
gem; fábricas de esmaltes; galvaniza-  
ções de ferro; frigoríficos; usinas de gás  
de iluminação; fábricas de papeis pin-  
tados; peleterias; fábricas de produtos  
químicos de sabão; manipulação e fa-  
bricação de tabaco; tinturarias; lavan-  
derias; fábricas de vernizes, de vidros e  
cristais; fundições de zinco; matança e  
esquartejamento de animais.

### Eliminação Ou Neutralização

A eliminação ou neutralização da  
insalubridade é caracterizada por ava-  
liação pericial do órgão competente,  
que comprove a inexistência de risco a  
saúde do trabalhador, acarretando o  
término do pagamento do respectivo  
adicional.

### Base Legal:

Port. MTb nº 3214, nr 15, 24, Art.  
185, 189, 195, 387, 405, 142 e 76; Decr.  
nº 21.417-A - 83.080/79; Port. SSMT nº  
12/83; Súmula TST - 307, e Lei nº 7.843.

## TABELA IRRF SETEMBRO/90

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	PARCELA A DEDUZIR
ATÉ 33.663,00	ISENTO	
DE 33.666,01		
a 112.209,00	10%	3.366,30
ACIMA DE		
112.209,00	25%	20.197,65

### DEDUÇÕES:

a) Cr\$ 2.362,00 por dependentes, até o  
limite de cinco;

b) Cr\$ 28.348,00 por aposentadoria pa-  
gar por entidade pública a quem já  
completou 65 anos.

c) Pensão alimentícia

d) Parcela de gastos com saúde que  
exceder a 5% da renda bruta mensal do  
contribuinte.

## DEPRECIÇÃO

Valor BTNF média de  
julho/90 - 50,5660

# RESCISÃO DE CONTRATO

## Pedido de Demissão

### Sumário

- 1 - Homologação
- 2 - Aviso Prévio
- 3 - Saldo de Salário
- 4 - Férias vencidas
- 5 - Férias Proporcionais
- 6 - Acréscimo Constitucional
- 7 - 13º Salário
- 8 - Levantamento FGTS
- 9 - Salário Família
- 10 - Indenização Adicional
- 11 - Indenização por tempo de serviço.

#### 1 - HOMOLOGAÇÃO

Só haverá necessidade de homologar as rescisões de contrato de trabalho nos casos superior a 1 (hum) ano de serviço (art. 477 da CLT)

#### 2 - AVISO PRÉVIO

É devido pelo empregado, devendo este pré-avisar o Empregador com 30 (trinta) dias de antecedência.

A falta de aviso prévio da direito ao empregador de descontar o período correspondente. (art. 487,11 e § 2º da CLT).

#### 3 - SALDO DE SALÁRIOS

É devido independente do tempo de serviço (art. 462 da CLT)

#### 4 - FÉRIAS VENCIDAS

É devida de acordo com a seguinte proporção:

30 (trinta) dias corridos quando não houver mais de 5 (cinco) vezes.

24 (vinte e quatro) dias corridos quando tiver de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas

18 (dezoito) dias corridos quando tiver de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas

12 (doze) dias corridos quando tiver de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas

acima de 32 (trinta e duas) faltas o empregado perde o direito de férias

(art. 130, 133, 137 e 146 da CLT)

#### 5 - FÉRIAS PROPORCIONAIS

As férias Proporcionais não são devidas nos contratos inferiores a 1 (hum) ano de serviço.

Porém as Convenções Coletivas de Trabalho devem ser observadas, pois algumas já estão prevendo o direito nestes casos.

(art. 146 da CLT).

#### 6 - ACRÉSCIMO CONSTITUCIONAL

(um terço)

O Acréscimo Incide quanto ao valor recebido a título de férias, o adicional

referido será aplicado nos casos, simples, proporcional ou em dobro observando os disposto nos artigos (130, 146 e 147 da CLT)

(instrução normativa nº 1/88)

#### 7 - 13º SALÁRIO

O 13º salário é devido em todos os desligamentos salvo na hipótese de rescisão com justa causa

(art. 7º do decreto nº 57.155/65)

#### 8 - LEVANTAMENTO DO FGTS

Não é devido embora haja casos de levantamento.

(lei 8.036/90)

#### 9 - SALÁRIO FAMÍLIA

É devido na proporcionalidade dos dias trabalhados

(art. 15 do Decreto nº 53.153/63)

#### 10 - INDEZNIZAÇÃO ADICIONAL

No pedido de demissão o empregado não tem direito a indenização adicional equivalente a um salário mensal.

(art. 9º da 7238/84)

#### 11 - INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

No pedido de demissão do empregado

estável não é devido a indenização adicional mesmo para os não optantes com mais de 10 (dez) anos de serviço na empresa.

(art. 477 e 500 da CLT).

## Relatório do SPC referente ao mês de agosto/90

Consultas de SPC	45.421
Consultas de Cheque	8.322
Total de Consultas	53.743
Inclusões de Registro	2.102
Cancelamento de Registro	1.218
Respostas de Registro	2.242
Consultas de Balcão	1.006

## Atendimento

Consultas prestadas pelo departamento contábel -.....	413
Consultas prestadas pelo departamento trabalhista -.....	350

#### Telex

#### Associados:

Recebidos .....	124
Expedidos .....	183

#### Interno:

Recebidos .....	31
Expedidos .....	103

## FOLHA DE PAGAMENTO AGORA TEM SOLUÇÃO!!

### PHOLHA

### Sistema de Folha de Pagamento

opções orientadas por menus  
totalmente parametrizado  
tabela de funções e salários  
ficha cadastral e funcional  
digitação de movimentos "ON-LINE"  
controle de distribuição de custos  
reprocessamento de um ou mais funcionários  
controle de dependentes para Salário Família e IRRF  
relatórios com ordem e quebras definido pelo usuário  
relatórios específicos definidos pelo usuário  
cálculo de rescisão  
cálculo de férias  
e muito mais...

Disponível para computadores IBM-PC e seus compatíveis



Cordon e Veltriní Ltda  
Rua Marechal Deodoro, 1377  
Maringá - Paraná  
Fones (0442) 25-3016 e

# TABELA PRÁTICA

NOMENCLATURA MÊS	IRVF	PISO NAC. DO SALÁRIO/ SALÁRIO MÍN.	SALÁRIO FAMÍLIA	I. P. C.		POUPANÇA	M.V.R.	V.R.R 1º SUB- REG. PR	BTN	IGP/FGV NO MÊS	U.P.C.	VRF
				NO MÊS	NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
MAIO/89	-	81,40	2,35	9,94	918,88	10,4897	22,74	21,14	1,1794	12,76	11,57	11,88
JUNHO/89	-			24,83	964,06	25,4541	22,74	21,14	1,2966	26,76	11,57	13,06
JULHO/89	-	149,80	2,85	28,76	1.004,55	29,4038	28,90	26,87	1,6186	37,88	17,62	16,30
AGOSTO/89	-	192,88	3,67	29,34	1.084,00	29,9867	37,22	34,61	2,0842	36,48	17,62	20,99
SETEMBRO/89	-	249,48	4,75	35,95	1.198,00	36,6297	48,13	44,71	2,6956	38,92	17,62	27,15
OUTUBRO/89	-	381,73	6,46	37,62	1.303,78	38,3081	65,46	60,86	3,6647	39,70	39,89	36,91
NOVEMBRO/89	-	557,33	8,89	41,42	1.464,16	42,1271	90,07	83,74	5,0434	44,27	39,89	50,80
DEZEMBRO/89	-	788,18	12,57	53,55	1.764,87	54,3177	127,36	118,41	7,1324	49,39	39,89	71,84
JANEIRO/90	-	1.283,95	19,30	56,11	1.609,68	56,8905	195,62	181,88	10,9518	71,70	119,21	110,31
FEVEREIRO/90	-	2.004,37	30,13	72,78	2.751,34	73,6439	305,36	283,91	17,0968	71,68	119,21	172,20
MARÇO/90	-	3.674,06	52,06	84,32	4.853,90	85,2416	527,66	490,60	29,5399	81,32	119,21	297,53
ABRIL/90	-	3.674,06	52,06	44,80	6.584,60	0,5000	527,66	490,60	41,7340	11,33	592,67	548,40
MAIO/90	-	3.674,06	52,06	7,87	6.458,74	5,9069	527,66	490,60	41,7340	9,08	592,67	548,40
JUNHO/90	9,61	3.857,76	54,86	9,55	5.655,91	10,1580	785,69	730,50	43,9793	9,02	592,67	577,91
JULHO/90	10,79	4.904,76	69,75	12,92	4.947,82	11,3439	861,12	800,63	48,2057	12,98	684,58	633,45
AGOSTO/90	10,58	5.203,46	74,00	12,03	4.272,25	11,1329	954,03	887,02	53,4071	-	684,58	701,79
SETEMBRO/90	-	6.056,31	.	-	-	-	1.054,97	-	59,0576	-	684,58	776,04

Até a elaboração da tabela prática, os valores não foram divulgados pelos órgãos oficiais.

## TABELAS BTNF

### Mês maio/90

01	41,7340	16	41,9858
02	41,7340	17	42,0512
03	41,7493	18	42,1358
04	41,7647	19	42,2196
05	41,7800	20	42,2196
06	41,7800	21	42,2196
07	41,7800	22	42,3041
08	41,7953	23	42,3888
09	41,8106	24	42,4736
10	41,8260	25	42,5586
11	41,8413	26	42,6437
12	41,8894	27	42,6437
13	41,8894	28	42,6437
14	41,8894	29	43,8324
15	41,9376	30	43,0219
		31	43,4980

### Mês junho/90

01	43,9793	16	45,1800
02	44,0762	17	45,1800
03	44,0762	18	45,1800
04	44,0762	19	45,3643
05	44,1733	20	45,5495
06	44,2707	21	45,7886
07	44,3682	22	46,0289
08	44,4660	23	46,2705
09	44,5639	24	46,2705
10	44,5639	25	46,2705
11	44,5639	26	46,5134
12	44,7076	27	46,8654
13	44,8517	28	47,3065
14	44,9964	29	47,7540
15	44,9964	30	48,2057

### Mês julho/90

01	48,2057	16	50,2588
02	48,2057	17	50,4689
03	48,4072	18	50,6798
04	48,6095	19	50,9558
05	48,8127	20	51,2333
06	49,0167	21	51,5123
07	49,2216	22	51,5123
08	49,2216	23	51,5123
09	49,2216	24	51,7929
10	49,4273	25	52,0749
11	49,6339	26	52,3585
12	49,8414	27	52,6673
13	50,0497	28	52,9780
14	50,2588	29	52,9780
15	50,2588	30	52,9780
		31	53,1921

### Mês agosto/90

01	53,4071	16	55,5321	09	54,5559	24	56,5638
02	53,5969	17	55,7294	10	54,7498	25	57,0030
03	53,7874	18	55,9274	11	54,9443	26	57,0030
04	53,9785	19	55,9274	12	54,9443	27	57,0030
05	53,9785	20	55,9274	13	54,9443	28	57,2955
06	53,9785	21	56,1262	14	55,1395	29	57,5896
07	54,1703	22	56,3256	15	55,3355	30	57,8851
08	54,3628	23	56,5257			31	58,3944



A Feimar representa o crescimento industrial de Maringá

Este ano a Feira da Indústria de Maringá e região abre seu leque e contempla a participação das mais diversas áreas econômicas

**CAPA**

# Multiplicando bons negócios

De 15 a 23 de setembro do corrente, realiza-se em Maringá mais uma edição da Feimar - Feira da Indústria de Maringá e região, uma promoção da Associação Comercial e Industrial de Maringá, através do Conselho da Mulher Empresária e contando com o apoio da Prefeitura Municipal de Maringá - Secretaria de Indústria e Comércio e do Governo do Estado através da secretaria especial de Ciência e Tecnologia.

Neste ano a Feimar apresenta uma inovação aos seus visitantes, pois além de estar locada no Centro de Convivência Comunitária, como em todos os anos, ela também alugou os salões do Hotel Deville exclusivamente para o setor de confecções de Maringá, contando com a participação maciça dos confeccionistas.

Além dos setores de confecções terá também indústrias de outros setores como: móveis, alimento, metalurgia, decoração, couro, pré-moldados, marmoraria, embalagens, bonecas e outros, comprovando mais uma vez a credibilidade dos expositores em relação aos objetivos bá-

sicos da Feimar, ou seja, divulgação nacional dos produtos aqui industrializados, maior abrangência no leque de comercialização e, conseqüentemente, geração de novos empregos.

O Conselho da Mulher Empresária, idealizador e organizador deste evento tão importante economicamente para a cidade de Maringá e que, orgulhosamente já faz parte, de sua primeira edição, do calendário nacional de eventos, está a todo vapor nos últimos preparativos para que a Feimar seja coroada de êxito. São 20.000 mil malas diretas enviadas para atacadistas, representantes e empresários de todo o país, 5.000 mil cartazes distribuídos em todo o território nacional, e também "assinaturas" em extratos, duplicatas e outros documentos de Bancos (Bamerindus e Brasil), e estabelecimentos comerciais (Elétrico Maringá por exemplo), contamos também com contas de água em toda a região abrangida pela Sanepar, bem como divulgação na imprensa falada, escrita e televisada. Com essa divulgação os organizadores pretendem asse-

gurar maior público que os anos anteriores e, conseqüentemente, vendas recordes que certamente ocorrerão com os expositores da IV Feimar.

A presidente do Conselho da Mulher Empresária, Maria Aparecida Bekner Silva, está realmente muito satisfeita com as boas perspectivas de negociação, apesar da crise e recessão que nosso país está vivendo e acredita que "a Feimar proporcionará um efeito psicológico positivo tanto em expositores e visitantes o qual certamente afastará o fantasma da atual crise", salientando ainda que "enaltece a todos os expositores e patrocinadores que mais uma vez estarão prestigiando a nossa Feimar dando um voto de credibilidade na comissão organizadora da Feimar e, ao mesmo tempo, provando que sabem como todo bom empresário, qual o momento certo de investir bem". São cerca de 80 indústrias desde micro e grande porte, que estarão expondo na IV Feimar. Tal participação maciça das indústrias de Maringá e região garantem mais uma vez o Sucesso de mais uma edição da Feimar.



# S O S Rodovias

*Vários trechos das rodovias do Norte e Nordeste do Paraná, estão em péssimos estados, e têm causado inúmeros acidentes, além de dificultar o escoamento de produtos agrícolas.*

Após muitas denúncias e acidentes ocorridos nas esburacadas rodovias do país, o governo criou um programa especial de recuperação das Estradas Federais, denominado S.O.S. Rodovias.

Porém, a Rodovia BR-376, uma das estradas mais movimentadas do país, que integra as regiões Noroeste e Norte do Estado do Paraná ao Sul do Estado e, via de acesso ao Porto de Paranaguá, não foi incluída no Programa de Recuperação.

Este importante corredor de escoamento dos produtos agrícolas é também utilizado pelos vizinhos Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso para o transporte de safras agrícolas até o Porto de Paranaguá e outros centros consumidores localizados no Sul do País.

Trafegam diariamente por esta rodovia, no trecho, Maringá e Paranavaí, milhares de veículos considerados os de carga e passeio, sendo este considerado intenso, necessitando de uma malha rodoviária, bem conservada e sinalizada, o que não é o caso atualmente, pois este trecho encontra-se em péssimo estado de conservação dado o seu constante uso e falta de reparos adequados.

Outro trecho é o compreendido entre as cidades de Presidente Castelo Branco e Paranavaí, numa extensão de aproximadamente 50 km, que encon-

tra-se em péssimo estado, dificultando o tráfego de veículos, e vem sendo motivo de graves acidentes em consequências dos enormes buracos existentes na pista, sem contar a falta de sinalização.

De Maringá a Paranavaí, através do DNER-PR, foram iniciadas obras de duplicação da rodovia, estendendo à 5 km. No entanto, em virtude da falta de verbas do governo, esta obra foi paralisada, estando hoje com apenas uma das pistas concluída. Não há separação por canteiros centrais, não há sinalização, o que tem sido motivo para vários acidentes ocorridos no local, principalmente em dias chuvosos, uma vez que o fluxo de veículos é intenso.

Sendo assim, o Paraná considerado o maior produtor de grãos e produtos agrícolas brasileiro, merece a especial atenção do governo Federal para que as suas estradas estejam em perfeitas condições, a fim de facilitar o escoamento de sua produção.

Desta forma, 12 entidades elaboraram um documento, reivindicando à autoridades governamentais, que integrem os trechos acima mencionados no Programa Especial - SOS Rodovias, uma vez que essas reivindicações representam o interesse de mais de dois milhões de habitantes desta rica região do País. Entidades que elaboraram o

documento:

Associação Comercial e Industrial de Maringá

Presidente - Fernando Henriques

Associação Comercial e Industrial de Paranavaí

Presidente - Antonio Teruo Kato

Associação Comercial e Industrial de Nova Esperança

Presidente - Antonio Silva

Associação Comercial e Industrial de Alto Paraná

Presidente - Nilton Tosti

Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá

Presidente - Aldebaran da Cunha Naumann

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná - Delegacia de Maringá

Delegado Regional - José Edmir Falkemback

Prefeitura do Município de Maringá

Prefeito Municipal - Ricardo José Magalhães Barros

Prefeitura Municipal de Mandaguaçu

Prefeito Municipal - José Luis Camargo de Oliveira

Prefeitura Municipal de Nova Esperança

Prefeito Municipal - Ercílio Kreling

Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco

Presidente - Álvaro Faccin

Prefeitura de Alto Paraná

Prefeito Municipal - Pedro Garcia

Prefeitura Municipal de Paranavaí

Pref. DG. Prefeito Municipal - Rubens Felipe.

**Autoridades:**

Presidente da República, Fernando Collor de Mello

Secretário Nacional dos Transportes - José Henrique D'Amorim Figueiredo

Governador do Estado do Paraná - Álvaro Fernandes Dias

Secretário dos Transportes do Estado do Paraná - Francisco Deliberador Neto

Senador da República - Francisco Leite Chaves

Senador da República - Affonso Alves de Camargo Neto

Deputados Federais - Brasília

Maurício Roslindo Fruet, Nilso Romeu Aguarazi, Nelton Miguel Friedrich,

Maurício Miguel Nasser Abrão, Renato Bernardi, Ervin Bonkoski, José Tavares da Silva Neto, Renato Antonio

Johnsson, Osvaldo Evangelista de Macedo, Alarico Assis, José Bento França,

Basílio Villani, Darcy Deitos, Luis Carlos Borges da Silveira, Sérgio Spada,

Hélio Moacyr de Souza Duque e Matheus Iensen

# "O segredo é a perseverança"

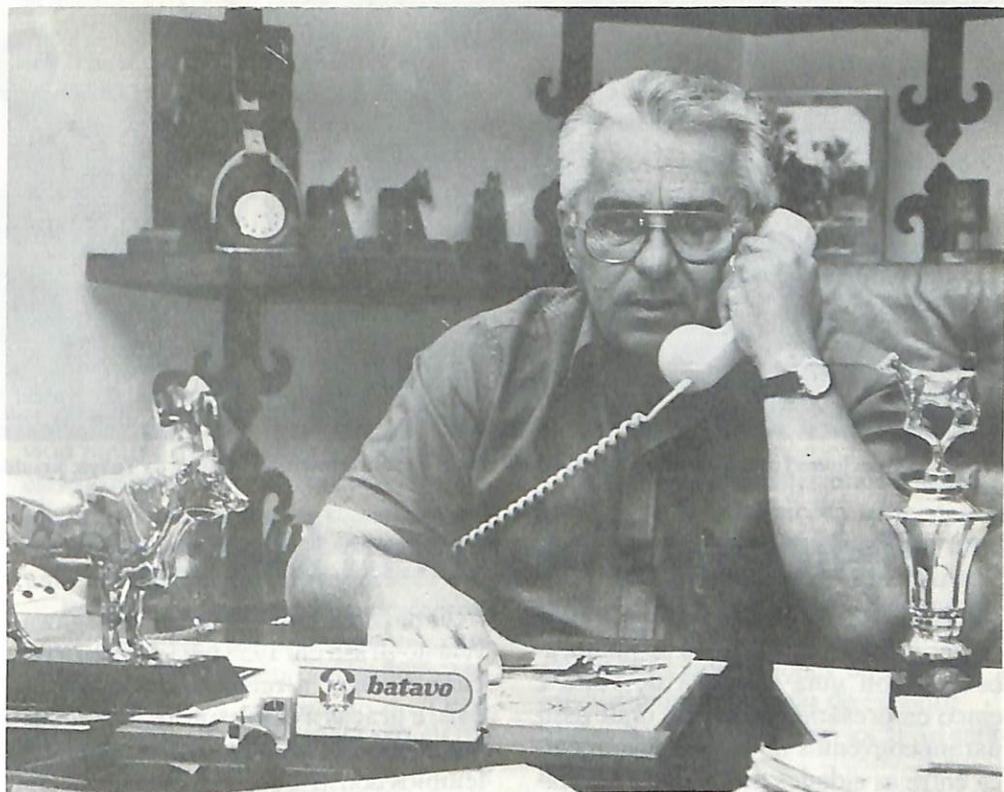
"O segredo de tudo é ter perseverança, honestidade, e aproveitar todas as oportunidades que surgirem". Esta é a lição de vida que Raimundo Coimbra nos dá pelos longos anos de vida batavados.

Raimundo Coimbra Leite, hoje é agropecuarista e cria cavalos quartos de milha, gado Nelore e Simental, na Fazenda Cruz Nova, em São João do Caiuá, e administra com a maior competência sua outra empresa a R. Coimbra S/A - uma distribuidora dos produtos Batavo.

Uma pessoa simples, mas de alma rica. Quem o conhece pode defini-lo assim. Reside em Maringá desde 1952, quando iniciou seu primeiro trabalho nas lojas Riachuelo, como vendedor. Nos conta que sempre otimista procurava as melhores opções. Seu segundo trabalho foi nas Casas Peralta, e de lá para cá o que não faltou foi trabalho.

Em 1958 fundou R. Coimbra Leite Representações, trabalhando com os produtos "caninha oncinha" e o "Frigorífico Serrano". Com o tempo foram surgindo outras novidades como a Todeschini, que representou por 24 anos, depois Cera Canário por 18 anos, e hoje com a Batavo completando 25, e a caninha oncinha, hoje com 32 anos. Coimbra disse que chegou a ter 22 representações, mas que hoje seu carro chefe é a Batavo.

No início de sua carreira foi dureza, comenta, mas jamais desistiu. Naquela época viajava de ônibus, e depois de muito trabalho conseguiu seu primeiro carro, um Ford-1929. Hoje possui 45



veículos de transportes e 10 utilitários, não dá para reclamar, conclui.

A empresa Matriz é em Maringá, e tem filiais em Londrina, Cuiabá e Campo Grande, atendendo todo Norte do Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, possuindo um total de 260 funcionários. "Tenho um carinho muito especial pela minha esposa, pois ela foi quem mais me incentivou e segurou todas as barras".

Raimundo disse que durante toda sua vida, as experiências vividas foram muito enriquecedoras, mas como todos os brasileiros cheios de altos e baixos. O ano de 1989, por exemplo, foi um ano difícil economicamente, e felizmente conseguiu equilibrar seus gastos. Já no começo de 1990, os lucros começaram a aumentar, mas com o Plano Colador, as vendas começaram a cair, atin-

gindo uma queda de 50%. Mas mesmo assim acredita no Plano e aposta que dará certo, e não acusa o plano pela queda do consumo, e sim o baixo poder aquisitivo da população. Explica que o objetivo do governo é arrecadar mais impostos, e é por isso que o governo interfere tanto nas empresas.

Disse ainda que se a máquina arrecadadora fosse mais forte e eficiente, os índices de impostos seriam maiores, e o retorno ao povo também seria melhor, dando mais escolas, saúde, etc. O Brasil caminha para uma modernização, um "concerto econômico", mas todos têm que colaborar, a começar pelos atuais candidatos políticos, que são bem fracos em programa de governo, sem contar as fracas mensagens nas propagandas. "O país está mudando, e temos que continuar acreditando".



## ADVOCACIA

### **DR. RUI AURÉLIO AMARAL**

**CÍVEL - TRABALHISTA - CRIMINAL**  
**ASSESSORIA JURÍDICA PERMANENTE À EMPRESAS**  
(Honorários Fixos e Mensais)

Av. Brasil, 3593/2 - Altos da Brasimac - Fone: (0442) 22-1852 - MARINGÁ - PR



Fernando Henriques (pres.) e Daijo Shukutoku (Reitor), trocam presentes



Reitor de Tokyo, presidente e diretores da Acim posam para foto

## Reitor de Tokyo em Maringá

Retribuindo a visita de Fernando Henriques à Tokyo, que no mês de junho, acompanhou uma comitiva de vinte e cinco empresários do Japão, onde assinaram convênios de cooperação técnica entre as cidades de Kakogawa e Maringá, o Reitor de Tokyo, Daijo Shukutoku Gakuen visitou a Associação Comercial e Industrial de Maringá, dia 08 de julho/90, onde fez trocas de presentes com o presidente da entidade, e aproveitou celebrar os 100 anos de nascimento de seu pai.

O pai de Daijo - Ryôshin Hasegawa, veio ao Brasil em 1953 pela primeira vez para divulgar a religião "Jodosyo" no país, e graças a esse espírito, a comunidade "nipo-brasileira" conta, além dos templos construídos - os Budistas, uma associação para assistência às crianças deficientes em Itaquera - São Paulo, e o Azilo "Wajunkai", em Maringá.

O Reitor foi recepcionado pelo presidente da entidade, Fernando Henriques, e membros da diretoria, Shiniti Ueta, Luis Carlos Masson e Valdecir de

Britto. O grupo conversou sobre vários assuntos, enfatizando as características diversificadas do Brasil, comparando-as ao Japão. Falaram também sobre política, economia e a atual administração do Governo Federal.

Após a visita à Acim, o Reitor participou de um jantar oferecido pela ACEMA, onde foi homenageado pelos relevantes serviços prestados ao intercâmbio Brasil-Japão e principalmente com Maringá.

## O Estágio

Uma proposta para o curso de administração na Universidade Estadual de Maringá


Rosa Izelli Martins

O estágio é uma exigência para que os alunos do curso de Administração possam obter o diploma (Parecer nº 307/66 Conselho Federal de Educação).

Este é um momento culminante no processo educativo de formação do futuro profissional de nível superior e é também uma insubstituível oportunidade de ensino/aprendizagem: Com ele estão sendo testados os professores e a Universidade, solidários no fracasso ou vitória do aluno (1).

Sobre o estágio, o Parecer nº 307/66 -CFE, diz que: "A natureza do curso impõe a incorporação ao currículo de um estágio de treinamento junto aos órgãos de serviço público ou às empresas, de acordo com a destinação profissional do aluno".

A importância do estágio concentra-se em alguns aspectos: (a) é atividade essencial para a formação do aluno; (b)



AGULHEIRO  
CESTINHA

DE MARINGÁ  
PARA TODO O  
BRASIL

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PORTA AGULHAS REGENTE LTDA.

Avenida 19 de Dezembro N. 20 - Telefone (0442) 25-1616  
Caixa Postal 2008 - CEP 87011 - MARINGÁ - PARANÁ

é o momento em que o aluno mostra a sua formação profissional; (c) é a transferência do "feedback" para a verificação do trabalho desenvolvido teoricamente (entre professor/aluno) frente a prática (mercado de trabalho); é a oportunidade em que se verifica se o empenho em todas as disciplinas (as profissionalizantes, principalmente) do curso, e que abrange professores e alunos, é válido (2).

Com esta visão e, após revisar a experiência do Curso de Administração da UEM, na identificação e equacionamento dos problemas relativos a estágio, aliada à troca de experiências acumuladas pelos colegas do Departamento de Administração da UEM, fomos levados a crer que existe um consenso (e urgência) acerca da importância e da necessidade de se encontrar formas adequadas para modificar a fase de transição da vida acadêmica para a profissional (o que se dá via estágio).

Todavia, para que tal modificação se concretize, é relevante que um processo de integração da Universidade com o setor produtivo tenha início rapidamente. "...Essa aproximação já se constitui em uma nova missão nas universidades, bem como uma necessidade insubstituível das empresas na busca de ampliar sua eficiência e competitividade. De um lado a universidade, ao preservar o princípio da autonomia, preserva sua missão básica de produtora de conhecimentos sólidos, não podendo se submeter ao pragmatismo inerente ao sistema produtivo. Por outro lado, em seu papel social transformador não pode se alienar dos imperativos do desenvolvimento tecnológico e econômico, nem mesmo das demandas que a sociedade lhe apresenta, dentro da qual o setor produtivo representa um papel significativo.

A empresa, por sua vez, busca a inventividade dos seus escritórios de interface, apresentando problemas complexos e não triviais, cuja solução demanda pesquisas, gerando oportunidade de incremento do saber acumulado. Ainda, no bojo da atual crise econômica, as empresas atingidas pelo enxugamento da liquidez e da internacionalização da economia, submeteu-se a maior competitividade e a desafios tecnológicos para ampliar sua produtividade e expandir seus negócios, com a eficiência requerida pela modernidade (3).

Neste contexto, onde destacamos a integração entre universidade e empresa, o Departamento de Administração

tem fortes motivos para aproveitar a oportunidade em que os alunos vão cursar o Estágio para que, nessa aproximação tenhamos um importante meio de impulsionar o Curso de Administração da UEM no sentido de oferecer ao mercado de trabalho profissionais competentes.

Assim nossa proposta é de que o Departamento de Administração da UEM deve focar o estágio como um trabalho de conclusão de curso, elaborado individualmente pelo acadêmico, cuja premissa básica para ser desenvolvido junto à instituição concedente de estágio é apresentar um projeto de estágio, que traduz todo um planejamento do trabalho a ser executado (o que é uma das funções do administrador).

Posterior à apresentação deste projeto (que deverá ser previamente aprovado), o aluno executará o estágio, que culminará com a elaboração do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC), dividido em duas partes (4):

**1ª Descrição generalizada da empresa.** Caracteriza-se por ser um relato abrangente e compreensivo e, portanto, deverá englobar os itens: Criação/objetivos/estruturação da empresa.

- história
- documentos: decretos, regulamentos, políticas, normas, etc...;
- estrutura organizacional: organograma

#### ÁREAS FUNCIONAIS

- produção/finança/recursos humanos/mercadologia/material e patrimônio;
- atividades específicas de cada área;
- equipes técnicas de trabalho;
- principais problemas/soluções em cada setor.

#### FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

- planejamento/organização/direção e controle
- da direção geral e dos dirigentes das áreas:

- responsabilidade/Ética profissional.

#### DINÂMICA ORGANIZACIONAL

- processo decisório/comunicação/negociação/estratégias de atuação.

#### RELACIONAMENTO

#### ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE

- fatores que estimulam e restringem a atuação da empresa;
- interação com a comunidade onde atua;
- políticas de proteção ambiental.

**2ª Abordagem da área específica do estágio.** Refere-se a um setor específico no qual o aluno optou efetivar o estágio e deverá englobar os itens:

- descrição da estrutura, organização e dinâmica do funcionamento do setor;

- exame circunstanciado da situação - problema existente no setor, acompanhado de alternativas de solução.

No desenvolvimento desta parte, o aluno necessitará:

- a) integrar conteúdos especializados, dentro de domínios mais amplos de conhecimento e compreensão;
- b) realizar um trabalho que apresente contribuições relevantes à sua formação acadêmica e/ou à solução de prováveis problemas;
- c) apresentar uma proposta criativa e exequível de prática relacionada ao tópico escolhido.

Neste trabalho esperamos e necessitamos que as instituições concedentes de estágio (empresas) sejam parceiras do Departamento de Administração (UEM) propiciando ao aluno condições para:

- a) obter as informações necessárias à execução deste modelo de estágio;
- b) receber orientação no local do estágio.

Nosso objetivo com esta proposta, é contribuir para o aprimoramento do processo educativo dos futuros administradores.

Esperamos que esta iniciativa desencadeie um processo de decisões seguidas de ações para que as prováveis contribuições contidas nesta proposta não se percam, e esta seja apenas mais uma boa intenção.

Creemos, ainda, que o passo inicial para refletir a integração Universidade/Empresa e o Estágio no Departamento de Administração da UEM, sem pretender alcançar um imediatismo, foi dado a fim de propiciar uma oportunidade para avaliar sua postura profissional como órgão integrante da Instituição Universitária e da Comunidade.

Esperamos que dê certo!

#### NOTAS:

(1) RAMOS, Cosete. *Estágio Curricular em Administração - Roteiro Pedagógico*. Universidade de Brasília. Departamento de Administração. Agosto/1988, p.2.

(2) RAMOS, Cosete. Obra citada. p. 11.

(3) COELHO, Eduardo J. P. *Universidade, Empresa e os desafios da Modernidade*. in Folha de São Paulo, 26/ agosto/1990. p. c-11.

(4) RAMOS, Cosete. Obra citada. p. 28.

Rosa Izelli Martins, é mestre em Administração da Produção, pela Fundação Getúlio Vargas (SP), Coordenadora da área de apoio às empresas no Instituto de apoio ao Desenvolvimento Regional (IAR) na Reitoria da UEM e professora do departamento de Administração (UEM).



Keizo Assahida (microfone) coordenou todo o debate



Presidente da Associação Comercial do Paraná, disse que a idéia surgiu dos próprios candidatos

# Associações elaboram "Dossiê"

Realizado no dia 09 de agosto, quinta-feira, às 19:30 hs, no Auditório Herbert Mayer, um debate com o único propósito de formular um documento que será apresentado aos candidatos a governador do Estado, Senado, à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa do Paraná.

A coordenação do evento esteve a cargo de Keizo Assahida, contando com a presença do presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Jorge Aloysio Weiber, presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, Werner Egon Scharappe, presidente da ACIM, Fernando Henriques, e secretários Amorim Pedrosa Moleirinho e Fernando Farias Ferraz, além de empresários de diversos segmentos.

O assunto de pauta foi infra-estrutura, formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra, apoio financeiro à comercialização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, cooperação internacional,

relacionamento com o governo Federal, compatibilização entre desenvolvimento econômico e preservação do meio-ambiente, e outros assuntos de interesse da coletividade.

O grupo, organizado pelas Federações, já percorreu outros grandes pólos industriais, como Londrina, Cascavel, Ponta Grossa, Umuarama, e agora Maringá, tendo a possibilidade de visitarem Campo Mourão, onde estão colhendo subsídios ou seja propostas e sugestões para elaborarem um só documento, visando um interesse comum do Paraná.

O debate teve várias participações da platéia onde levantaram problemas que necessitam de uma maior atenção como, integração de aluno (Universidade) e empresas, pesquisa tecnológica, programas especiais para deficientes, os quais foram discutidos.

O grupo já elaborou um pequeno formulário, onde registraram os mais

diferentes interesses das classes participantes.

O formulário já contém sugestões para uma reformulação geral na Política Tributária e Fiscal; na Infra-Estrutura, visando as rodovias, portos, energia/comunicações; Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia, investindo em educação, mão-de-obra especializada, convênios entre instituições de pesquisa, universidade, governo, indústria; Institucional; Meio-Ambiente; Financiamentos; Cooperação Internacional, incentivando a coordenação de produtos no exterior, promoção de bolsas de estudo para intercâmbio internacional; e Serviços, transformação de Foz de Iguaçu em área de livre comércio.

Os dados estão sendo colhidos através de um questionário que o grupo distribuiu aos participantes, a fim de que possam solicitar suas reivindicações, e que seu segmento empresarial mais necessita. Segundo o presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, Werner Egon, este trabalho está sendo feito pela primeira vez na história política do Estado, e que surgiu como proposta sugerida pelos próprios candidatos, e que realmente está dando certo.

AGORA, COM MODERNÍSSIMO LABORATÓRIO

A SUA FOTO FICA PRONTA EM  
APENAS 27 MINUTOS.



17 LOJAS AO SEU DISPOR

Paranavá - Umuarama  
Assis Chateaubriand  
Goioerê - Cuiabá (MT)

ÓRGÃOS MINAMI, PIANOS E  
INSTRUMENTOS  
DE SOPRO



REVELAÇÃO A CORES ANTES DO TEMPO

Av. Brasil, 3347 - Tel: (0442) 22-6015 — MARINGÁ - PR — Av. Herval, 620 - Tel: (0442) 23-4595

# Publicidade em guias de telex

*Embratel faz alerta a assinante sobre publicidade nos guias de telex*

A Embratel, como concessionária da Rede Nacional de Telex, é obrigada por lei a editar anualmente o Guia Brasil Telex contendo os dados dos assinantes de telex de todo o País. A produção, edição e distribuição desse guia são feitas pela editora LTN desde que a rede foi implantada, na década de 70.

Todos os assinantes do serviço têm direito de constar desse guia, gratuitamente. O usuário interessado em dar um destaque gráfico à sua empresa, inserindo, por exemplo, sua logomarca, poderá assinar um contrato anual de publicidade com a editora. Neste caso, as parcelas de publicidade serão debitadas mensalmente em sua conta de telex, emitida pela Embratel.

Todo assinante tem direito a um exemplar gratuito por terminal instalado, mediante o ressarcimento apenas do custo de frete correspondente aproximadamente a 2,5 BTN's. Existem ainda guias internacionais de telex, de cir-

culação exclusiva no exterior, com a relação de usuários do serviço no Brasil e em outros países.

Esses guias não são de publicação obrigatória, mas quatro editoras são credenciadas pela Embratel para representá-los no Brasil: LTN, Interlex, Litisa-Lista de Telex Internacional S.A. e Guias Atlantic Franco-Brasileira. As três últimas integram um mesmo grupo editorial. Pela ordem, esses guias são intitulados Jaeger & Waldmann, The Green International, Globe Telex e Alpha World Wide.

Também nestes guias internacionais credenciados é obrigatória a inserção gratuita da relação completa dos usuários brasileiros. E, do mesmo modo, caso o usuário queira dar destaque à sua empresa, poderá assinar um contrato anual com essas editoras credenciadas, para cobrança mensal na conta de telex. A distribuição dos exemplares desses

guias internacionais é restrita a quem pagar a publicidade.

Além disso, outras empresas não credenciadas pela Embratel também editam guias internacionais de telex e, como as demais, financiam os custos da publicação com publicidade. No entanto, a cobrança é feita diretamente entre elas e o assinante, sem qualquer interferência da Embratel.

## Alerta

Além das credenciadas e não credenciadas, existem falsas editoras que contactam usuários para a cobrança de publicidade referente a inserções em guias de telex inexistentes. De um modo geral, essas falsas editoras se utilizam de contatos por telefone, seguidos de cobrança bancária.

Inadvertidamente, muitos usuários pagam a fatura sem o cuidado de verificar antes, se existe realmente a editora citada no aviso bancário. São muitos os artifícios usados pelos vendedores de anúncios de editoras - verdadeiras ou falsas -, para conseguir contratos de publicidade. Quase sempre, dizem que são empregados da Embratel em visita de inspeção, e vão apenas verificar se o número do telex é realmente o que consta dos guias. Uma vez anotado o número, o corretor apresenta ao funcionário que o atendeu um papel de confirmação de visita e lhe pede que assine. O que o funcionário não sabe é que, na realidade, acabou de assinar em nome da empresa um contrato de publicidade irrevogável e de renovação automática.

Outro recurso usado pelo corretor para conseguir publicidade é argumentar que sem a assinatura do contrato o número do telex do usuário não será publicado no guia, o que não é verdadeiro. A Embratel tem adotado algumas providências no sentido de evitar que os usuários sejam prejudicados. Uma delas é evitar que os usuários sejam prejudicados. Outra é enviar um telex ("aviso de cobrança") ao assinante informando que a partir da próxima conta será iniciada a cobrança do contrato de publicidade firmado.

Essa providência abre a possibilidade de o usuário pedir esclarecimento ou ordenar o cancelamento do contrato, caso este tenha sido assinado sem o seu consentimento. A Embratel alerta os usuários para que exijam identificação de todas as pessoas que se apresentem como empregados da Empresa.

Fonte: Via Embratel - Uma publicação da Embratel destinada aos seus usuários/24 de julho-1990.

# Ciclos

## PRODUTOS MARFINITE

Av. Brasil, 4856 - Fone: 24-4144 - Maringá - PR



PRATELEIRA  
PARA  
ESTOQUE

\*Diversos tamanhos

VOCÊ PERDEU  
SEU TALÃO  
DE CHEQUES?

# VIDEO CHEQUE

26-1331

# "A esperança é fundamental"

"Não podemos desistir de algum ideal, ao primeiro obstáculo que nos aparece a frente. Temos sempre que acreditar que o amadurecimento e o retorno profissional é demorado, mas jamais desistir, pois do contrário jamais conquistaremos o sucesso desejado".

É assim que a mais nova empresária maringense, Maria de Fátima Martins e Souza, 46, define seu dia-a-dia. Fatinha como é carinhosamente chamada pelos amigos mais íntimos, é natural de Portugal, da cidade de Avieiro, conheci da também como terras das Salinas. Disse ter muito orgulho de ser portuguesa, e adora este país, Brasil, onde vive desde os 9 anos.

Seu sonho sempre foi ser Socióloga, mas por forças e pressões da família, cursou Direito na Faculdade Federal de Salvador-BA. Gosta demais de curtir a vida, como ela é, sem preparar nada, vivendo as surpresas dos dias.

Fatinha é a maior mãe coruja, tem 2 filhos, mas é empresária muito responsável e tem dado provas de seus excelentes trabalhos realizados. Um de seus últimos eventos que mostrou toda sua competência foi a Expovest, realizada em Cianorte, que ficou conhecida como a capital do vestuário. Segundo Maria de Fátima, o fato de ter ganhado a concorrência desta feira, foi para a Click Propaganda, onde é empresária, e também amiga de seus colegas de trabalho, uma realização inesquecível, pois o sucesso alcançado foi um prêmio ao trabalho desenvolvido por toda sua equipe.

Fátima disse, que iniciou sua carreira por acidente, trabalhando como contato, em uma agência de publicidade, mas que o trabalho a fascinava tanto que hoje é empresária de uma agência de Propaganda. Tudo condiz com seu espírito de trabalho, todos os dias são inovações, e não há monotonia.

Acrescentou também que este campo é muito enriquecedor, pois quando um cliente a contrata, toda equipe tem que se interar da empresa, conhecendo a fundo. Citou dois exemplos que marcou muito, couro e saúde. Afirmou que nunca teve tanto conhecimento enriquecedor, pois estudou, pesquisou, e aprendeu tudo o que anos de escola não ensinariam. Agradece muito o que aprendeu sobre agência de propaganda a seu amigo José Lima Garay, que até hoje é seu companheiro de trabalho.

Hoje como empresária vê o mercado

ainda verde, e os clientes têm que ser trabalhados pois têm uma visão equivocada de uma agência de propaganda. Uma agência tem a função de analisar os objetivos do cliente, adequando às necessidades financeiras do mesmo, conseguindo o máximo de retorno na adequação destes itens.

O mercado torna-se difícil de trabalhar por não conhecer estas funções. Quando um cliente contrata uma agência, afirma, terá com certeza uma equipe de profissionais, que organizarão uma planilha de trabalho, que projetará exatamente o que o cliente deseja dentro de suas possibilidades, sem amadorismo. A agência hoje trabalha com departamentos de atendimento, planejamento, criação-redação e arte, mídia, tráfego e produção.

Quando surge um evento, o primeiro passo explica, é o trabalho prático, que são elaborações das peças gráficas e eletrônicas, e a distribuição das verbas aos veículos. Peças gráficas são as elaborações dos convites, cartazes, cartazes, ingressos, anúncios nos jornais, outdoor e crachas, e os eletrônicos são as



Chitãozinho e Xororó, na II Promoacim

produções dos VTs e Spots - (Rádio).

Além de trabalharem na organização do coquetel e show, ou o que o evento determinar. Comprovando mais uma vez sua qualidade, este mês está organizando a II Promoacim, que finalizará com o Show da dupla sertaneja "Chitãozinho e Xororó", no dia 06 de outubro. Este evento é basicamente organizado nos mesmos critérios e os preparativos já estão no fim. Fatinha espera que com o passar do tempo, o mercado reconheça seu profissionalismo, tendo um amadurecimento profissional.



## Empresa prestadora de serviço de:

CONSULTORIA ECONÔMICA E  
ADMINISTRATIVA  
ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS  
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS  
POR COMPUTADOR  
CURSOS E TREINAMENTO DE PESSOAL

Diante do crescimento de sua empresa, nos apresentamos para auxiliá-lo na sua manutenção e também com entusiasmo buscar novos horizontes para sua organização.

Trav. Guilherme de Almeida, 36 - Salas 804 e 1102 - Fones:  
(0442) 23-6244 e 22-9818 - CEP 87010 - MARINGÁ - PR.



Prefeito, Ricardo Barros, presidente da Acim, Fernando Henriques e o professor Antimodoro Zanco



Fernando Henriques ao lado de Maria de Fátima, (Click) e seu sócio, Luis Calegari

# Coquetel lança II Promoacim

O coquetel de lançamento da II Promoacim, realizado dia 31 de agosto, no Hotel Deville, evento que esta sendo organizado pela Click Propaganda, marcou a abertura de mais um evento promovido pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, com a presença de autoridades, empresários, comerciantes, imprensa, e convidados especiais.

Durante o coquetel a Click Propaganda, apresentou os trabalhos de divulgação do evento - II Promoacim, aos empresários que aprovaram a idéia. Além dos cartazes e cartazetes, os convidados tiveram uma pequena amostra da propaganda a ser inserida nas televisões.

O gerente administrativo da ACIM, Carlos Roberto Previdelli, apresentou aos convidados, os critérios adotados para o evento, agora já definidos. Serão colocados à venda 25.000 ingressos para o show artístico com a dupla sertaneja Chitãozinho e Xororó que acontecerá no dia 06 de outubro de 1990, às 20:00 horas, no Estádio Municipal Willie Davids.

Os ingressos serão vendidos pela

ACIM aos lojistas interessados em participar da II Promoacim ao preço unitário de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros). Para participar da promoção, a empresa deverá adquirir um mínimo de 100 (cem) ingressos. O pagamento à Acim será feito, 30% (trinta por cento) à vista e 70% no dia 1º de outubro, mediante cheque.

Os ingressos serão distribuídos aos clientes das lojas participantes com os seguintes critérios:

Compra no valor de Cr\$ 8.000,00, 01 ingresso;

Compra no valor de Cr\$ 16.000,00, 02 ingressos;

Compra no valor de Cr\$ 24.000,00, 03 ingressos;

Compra no valor de Cr\$ 32.000,00, 04 ingressos;

Compra no valor de Cr\$ 40.000,00 e acima, 5 ingressos.

Para cada 100 (cem) ingressos adquiridos o associado participante receberá 04 (quatro) ingressos da ACIM para serem distribuídos aos seus funcionários/vendedores. O vendedor recebe um ingresso para cada 25 ingressos que distribuir aos clientes, ou seja,

para cada montante de vendas de Cr\$ 200.000,00 recebe um (1) ingresso da ACIM.

A Associação distribuirá cartazes e cartazetes da II Promoacim e inserirá o nome dos participantes, por ramo de atividade, nos jornais locais. A empresa que adquirir cota de 1.000 (um mil) ingressos participa da publicidade nas quatro (4) redes de televisão locais, assinando as publicidades da II Promoacim que serão divididas em cotas proporcionais aos adquiridos em 1.000 ingressos.

Esta promoção teve início no dia 09 de setembro, com prazo para término 06 de outubro, sendo que receberão os ingressos para o show, os clientes que fizerem compras no período da promoção. Como regulamento do evento, será proibida a venda dos ingressos pelas empresas participantes, bem como qualquer outro tipo de promoção que não esteja no regulamento.

A empresa, ao requerer a sua participação na II Promoacim, assinará um termo de compromisso para cumprir estas determinações.

# Você é um administrador?

— \* Vicente Chiamaronte Pires —

A função de administrar é tão antiga quanto a criação da espécie humana, pois desde que existam necessidades de se organizar, planejar ou dirigir, aí estão princípios de administração.

Desde a fase têxtil, por volta do ano 1800, passando pela produção dos motores de combustão interna em 1900, até a energia nuclear e a automação dos tempos atuais, sempre esteve presente a necessidade de gerenciamento nas organizações.

No Brasil observa-se elementos de administração quando da importação de jovens oficiais desempregados da Europa, nas décadas de 1920/30. Em 1955, é reconhecido o 1º curso de Administração na Fundação Getúlio Vargas.

No entanto, somente em 1965, a função de Administração é reconhecida como profissão através da Lei 4769 de 09 de setembro, como Técnico de Administração, visando atender às exigências da época. Em 1985, com a Lei 7321, passa a denominar-se Administrador.

Com o reconhecimento da profissão, fixou-se a data de 09 de setembro como o dia do Administrador e, portanto, neste ano comemora-se o Jubileu de Prata da profissão.

Atualmente, existem mais de 300 escolas de ensino superior que oferecem o curso de Administração, destacando-se a Fundação Getúlio Vargas que possui cursos de graduação e pós-graduação e (especialização, mestrado e doutorado), além de centros de estudos vinculados às empresas.

O elevado número de escolas provocou a baixa na qualidade do profissional colocado no mercado e com isso difi-

cultou o ingresso dos recém formados nas empresas, que normalmente buscam soluções imediatas.

Entretanto, diversas escolas têm desenvolvido esforços visando melhorar e aprimorar a integração com o meio empresarial através da pesquisa e extensão. Nesse sentido, o Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá tem desenvolvido, através de seus professores, pesquisas objetivando conhecer melhor as nossas organizações.

Nem poderia ser diferente, pois como ciência social aplicada, o ensino e a pesquisa da administração deve ter por base a realidade social, econômica, política e cultural do país, correndo o risco de não atender às exigências da sociedade onde atua e deve servir.

Por outro lado, a prática das funções de gerenciamento em muitas empresas por pessoas sem conhecimento dos princípios básicos da Administração, salvo casos especiais de líderes empresariais natos, tem provocado pouco ou nenhum desenvolvimento dessas organizações, que de outra forma poderiam ter progredido, alcançando destaque perante a sociedade.

Evidente está a necessidade de integração das escolas com o meio empresarial, e vice-versa, o qual constitui o próprio laboratório da Administração, que procura, por sua vez, desenvolver através da pesquisa, técnicas visando responder adequada e satisfatoriamente às exigências da sociedade.

Finalmente, ressalta-se a realização de eventos que objetivam tornar público os esforços para a integração dos meios empresarial e acadêmico, quer

através da extensão ou da pesquisa, com destaque para o Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração - ENANPAD, que representa um momento de avaliação permanente e reflexão de temas ligados a Administração e sua evolução nos dias atuais, distribuídos em 9 áreas temáticas: Administração de Ciências e Tecnologias; Finanças; Formação e Treinamento de Administradores; Administração da Informação; Marketing; Organizações; Administração da Produção; Administração Pública e Recursos Humanos, que este ano será realizado em Florianópolis com a Presença de docentes da UEM.

A participação nestes eventos possibilita mudanças a partir do que for visto, debatido e assimilado, oferecendo oportunidade singular para o aprimoramento, tanto do ensino como da prática da Administração.

Desta forma, a comemoração do Jubileu de Prata de reconhecimento da profissão de Administrador, mais do que uma data comemorativa, deve ser um momento de reflexão, tanto para administradores formados nas escolas como para aqueles que assim atuam, com o objetivo de analisar o que foi feito e o que se pode fazer para oferecer à sociedade, a partir do gerenciamento de empresas buscando seu desenvolvimento, a satisfação de suas necessidades peculiares a cada ramo de atividade oferecido pelas organizações.

Parabéns Administrador. Ocupe seu espaço... de fato.

Professor Vicente Chiamaronte Pires  
Departamento de Administração da  
Universidade Estadual de Maringá

## Arborização com frutíferas na rodovia

No dia 22 deste mês vai acontecer um grande mutirão, para a arborização com frutíferas, na rodovia BR-376, que liga Maringá a Marialva. Esta é uma iniciativa do Rotary Club de Maringá, que conta com o apoio dos demais Rotarys Clubs da cidade de Maringá e ainda dos Rotarys de Sarandi e Marialva.

A idéia desta campanha surgiu com o agrônomo e diretor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Aníbal Bianchini da Rocha, que foi um dos grandes articuladores da arborização de Maringá. Bianchini é chamado de "o jardineiro de Maringá" e por várias vezes mostrou que sabe o que faz, como faz e porque faz.



Por este motivo esta campanha está contando com apoio das prefeituras municipais de Maringá, Sarandi e Marialva, da ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá, além de vá-

rias outras entidades e empresas.

O objetivo é proteger o meio ambiente e incentivar o plantio de árvores. O "slogan" da campanha - criado pela Phocus Propaganda - é "Sombra e fruta fresca".

A Coamo já fez uma doação de 7 mil mudas de árvores frutíferas para esse fim. No entanto as pessoas que quiserem, ainda, fazer doação nesse sentido, devem procurar o Horto Florestal em Maringá.

Os proprietários rurais, que melhor conservarem suas cabeceiras, com árvores plantadas - dando assistência, fazendo o replantio e tomar cuidados - receberão uma premiação especial.



Arcebispo D. Jaime Luis Coelho, quando visitou a sede da ACIM

## Arcebispo fala em justiça social

Cumprindo um programa de visita à Paróquia da Catedral de Maringá, o Arcebispo Metropolitano, D. Jaime Luis Coelho, fez uma visita à Associação Comercial e Industrial de Maringá, no dia 14 de agosto, às 20 horas.

O Arcebispo foi recebido pelo presidente da entidade Fernando Henriques, membros da diretoria e funcionários. Recepcionado no Auditório Herbert Mayer, o Arcebispo enfatizou alguns trabalhos que a Igreja vem prestando à comunidade. D. Jaime falou que a Igreja se coloca ao lado dos mais necessitados, dos mais carentes, não para que haja luta de classes, mas sim para que haja fraternidade e justiça.

Frisou também, que o comunismo

hoje está ruindo devido à luta de classes entre empregados e patrões, para uma igualdade de valores. Argumentou que há necessidade de conciliação de trabalho, e que "o princípio fundamental do trabalho é manter a fonte do trabalho".

Hoje, argumentou, o que nós vemos são os desempregos e convulsão nacional. Outros aspectos que interferem na economia nacional, são as multinacionais, que não deveriam levar os lucros aqui obtidos, pois estes são escoados ao exterior e o Brasil fica sendo apenas, como sempre foi fonte de exploração. Na área trabalhista, D. Jaime frisou bem que o trabalhador deve ser visto como um ser humano, e não como

uma peça de máquina.

Quando surge uma greve, disse, e que é chamado para orientar a transação, sempre fala aos empresários que o empregado certamente produzirá mais se tiver participação nos lucros da empresa. Aproveitando a oportunidade respondeu algumas questões sobre o momento político atual vivido pelo país. P - O que pensa sobre o nosso atual presidente da República, Fernando Collor de Mello?

R - Como presidente é elogiável. Porém seus métodos são discutíveis, pois está levando a comunidade ao desemprego - a recessão, mas meu desejo é que ele alcance o sucesso desejado. Quanto as propagandas realizadas no período pró-candidatura, estas não foram cumpridas, e isto é reprovável, pois prometeu que não mexeria na caderneta de poupança, e todos os pequenos investidores foram afetados.

P - Quais os reflexos da Política na Igreja?

R - Política em grego quer dizer, fazer o bem comum. A Igreja não faz política-gem e não aprova a busca do próprio interesse em prejuízo da comunidade. A Igreja não interfere na política, mas tem obrigação de orientá-los. Diante de determinados políticos e candidatos a Igreja orienta os leitores.

P - O que acha da atual política?

R - Lamento pela distorção do sentido político. Hoje os candidatos só falam em favor dos pobres, mas depois de eleitos, tudo cai no esquecimento.

P - Uma mensagem aos candidatos e aos eleitores.

R - Espero que os candidatos sejam verazes nas suas promessas e honestos no cumprimento das mesmas. E ao povo que não anulem seus votos, porque entre candidatos, sempre há pessoas dignas, não vendendo seu voto e não deixando comprá-lo.

# DECIDIDAMENTE!



## DEDICAÇÃO CONQUISTANDO CONFIANÇA.

DAMA S/A - Distribuidora de Automóveis Maringá - Av. Paraná, 1.222 - Fone: 24-7133 - Maringá - PR

# Lembrando Leão XIII

Dom Jaime Luiz Coelho

Como fruto da minha visita pastoral à Paróquia da Catedral Basílica Nossa Senhora da Glória de Maringá, ao visitar a ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá - desejo agradecer à Diretoria da ACIM por ter aberto as páginas de sua bem elaborada Revista mensal, para uma presença da Igreja.

A nossa presença nesta página, a presença da Igreja, tem apenas a finalidade de colaborar para a resolução justa e pacífica de todos os intrinsecos problemas sociais. E nada melhor que trazer-mos aqui, uma sequência articulada do ensinamento social da Igreja nestes já quase cem anos, iniciando-se, de maneira efetiva, com o Papa Leão XIII, com magistral Carta Encíclica "Rerum Novarum", publicada a 1º de maio de 1891.

No livro do Gênesis, 2, 15, lemos: "Tomou, pois, o senhor Deus o homem, colocou-o no paraíso de delícias, para que o cultivasse e guardasse". Assim, quis Deus mostrar o valor do trabalho e daquele que o realiza, trabalho manual, intelectual, toda e qualquer atividade humana. O trabalho em toda a sua extensão. Considerado no seu aspecto, como saiu, primitivamente, da vontade de Deus, é o trabalho para a sociedade fator de paz, de progresso e de bem-estar comum.

O cristianismo jamais considerou o homem uma máquina e o seu trabalho uma mercadoria. Nunca reduziu o problema da remuneração do trabalho a simples problema econômico, embora reconheça a sua importância. Na sua sistemática, sempre o tratou dentro da ordem moral e da justiça estrita e comutativa. Isto é, em nome da própria justiça, que regula a contribuição de cada parte, reclama uma igualdade perfeita entre o trabalho realizado e sua justa retribuição. Assim devemos todos ver o trabalho em toda a sua real extensão. Não apenas, repito, o trabalho que faz correr o suor pelas faces e caleja as mãos, mas toda atividade humana, que contribui para a paz social entre os povos. Aliás, assim sempre foi visto pela Igreja o trabalho humano, não obstante uma atenção especial para o trabalhador assalariado, vítima sempre de uma inaceitável discriminação social e econômica no mundo inteiro.

Em 1891, o Papa Leão XIII publicou a primeira Encíclica social com o ensi-

namento da Igreja, procurando colaborar na solução dos gravíssimos problemas que podem subverter a paz no mundo. "O erro capital, diz Leão XIII, na questão presente - entre patrões e operários - é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os riscos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como num corpo humano os membros, apesar de sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico. Assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio.

Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia trás consigo a ordem e a beleza; ao contrário, de um conflito perpétuo, só podem resultar confusão e lutas selvagens... Em todo caso, porém, nós estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficientes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação e infortúnio e de "Miséria Imerecida". E diz ainda Leão XIII: "Quando aos ricos e patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do cristão". E lembra o Papa, o Apóstolo São Tiago, 5, 4, que diz: "Eis que o salário, que tendes extorquido por fraude aos vossos operários, clama contra vós; e o seu clamor subiu até aos ouvidos do Deus dos Exércitos". Estamos presenciando essa luta da Reposição Salarial, face à desgovernada economia dos setores econômicos do País, e perguntamos: em que vai dar tudo isso? Não seria o momento de se procurar ganhar um pouco menos para que se dê um pouco mais a quem quase não ganha? O deflagrar das greves, a insatisfação a espocar por todos os lados, tudo isso será mero desejo de subversão ou o resultado flagrante de uma tremenda injustiça social?

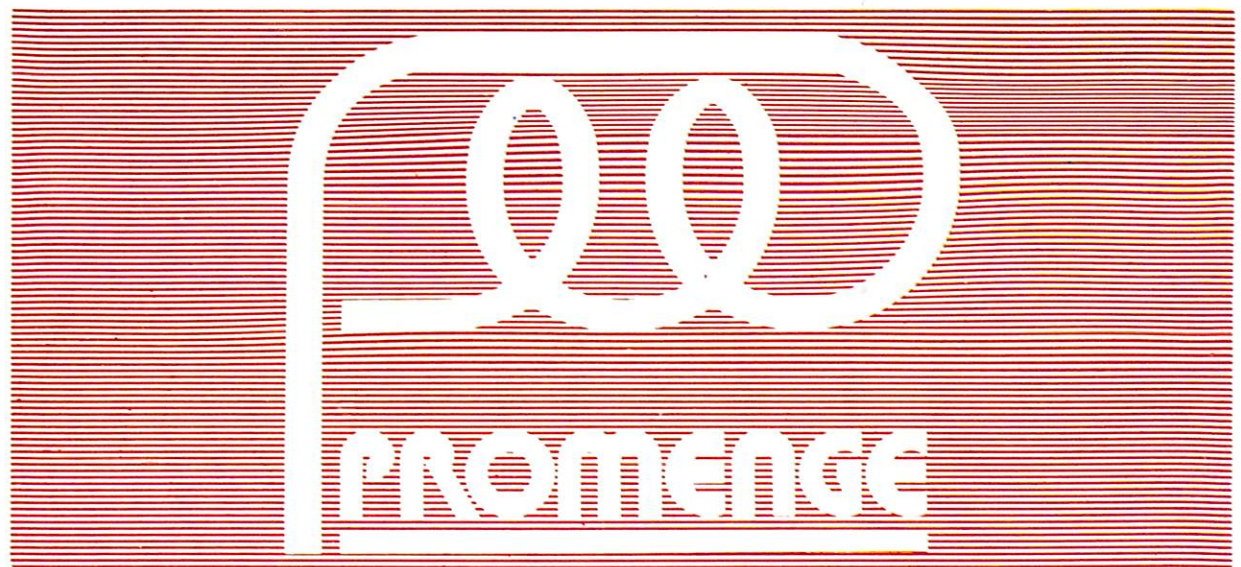
O Papa Leão XIII deixou uma herança riquíssima para a sociedade, inaugurando assim, com tanta coragem, o Ensino Social da Igreja. Sucede-lhe, quarenta anos mais tarde, o Papa Pio XI, com a Encíclica "Quadragesimo Anno", dando um passo avante nesta busca da aplicação da genuína justiça social cristã. O Papa Pio XII, com suas célebres Semanas Sociais, contribuiu para esse avanço no ensinamento da Igreja. Em 1961, o Papa João XXIII brinda o mundo com a Encíclica "MATER ET MAGISTRA", e logo depois, em abril de 1963, com a Encíclica "PAGEM IN TERRIS", todas elas mostrando o crescimento e o avanço desses ensinamentos cristãos para o bem entre os homens.

Em 1967, o Papa Paulo VI publica a sua Encíclica social "POPULORUM PROGRESSIO", com um apelo à consciência para um desenvolvimento integral do homem, dizendo claramente: "Quando tantos povos têm fome, tantos lares vivem na miséria, tantos homens permanecem mergulhados na ignorância, tantas escolas, hospitais e habitações, dignas deste nome, ficam por construir, torna-se um escândalo intollerável qualquer esbanjamento público ou privado, qualquer gasto de ostentação nacional ou pessoal, qualquer recurso exagerado aos armamentos.

Sentimo-nos na obrigação de o denunciar. Dignem-se ouvir-nos os responsáveis. Antes que se torne demasiado tarde". Estamos vendo que a palavra do Papa não mereceu atenção... E o Papa João Paulo II, em 1987, comemorando os vinte anos da "POPULORUM PROGRESSIO", escreveu a Encíclica "SOLICITUDO REI SOCIALIS", completando a "LABOREM EXERCENS" sobre o trabalho humano e comemorando os noventa anos da "RERUM NOVARUM". E afirma que está em jogo a dignidade da pessoa humana, e todas as Organizações Mundiais devem envidar todos os esforços para a verdadeira e justa convivência humana. Quando vemos desmoronar o Leste Europeu, que desejou resolver os seus problemas sem Deus, nada melhorou que basear a nossa vida e as nossas atividades no Evangelho de Cristo, na sua doutrina libertadora.

Dom Jaime Luiz Coelho  
Arcebispo Metropolitano de Maringá

NA INDÚSTRIA, A QUALIDADE CONFIRMA  
ENGENHARIA ELÉTRICA  
É



Projeto · Montagem · Manutenção · Assessoria  
PROMENGE · Projetos e Montagens de Engenharia Elétrica Ltda.

Rod. Pr. 317 · Km 4 · Distrito Industrial II

Fone (0442) 24·3711 - Telex 44·2245

MARINGÁ · PR

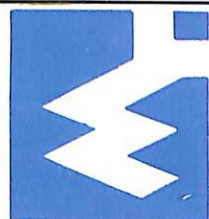
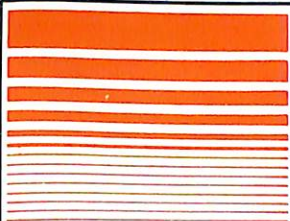


## Fábrica de Acolchoados Maringá

ACOLCHOADOS - ESPUMAS INDUSTRIAIS  
COLCHÕES E TRAVESSEIROS (algodão/espuma)

AV. COLOMBO, 1414 - PARQUE INDUSTRIAL  
FONE 28-6644 - TELEX 442 361 - CX. POSTAL 1.001

Filial 1: CASCAVEL - PR - AV. CARLOS GOMES, 2111  
FONE(0452) 24-2218



# Eletro Maringá

ADALBERTO VIEIRA & CIA. LTDA.

MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL

MARINGÁ - RUA JOUBERT DE CARVALHO, 299 - FONE 22-2512

Matriz - Rua Quintino Bocaiúva, 822-B - Fone 23-0999 - Londrina

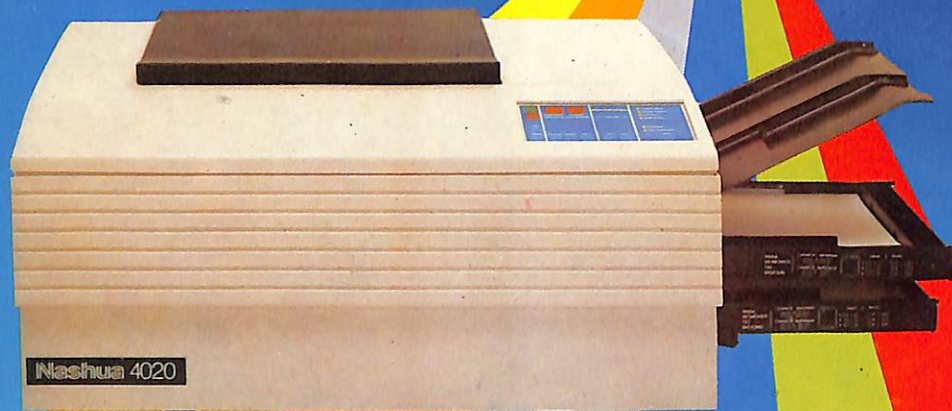
Filial - Avenida Tiradentes, 858 - Fone 27-3000 - Londrina

# Na SITTA você encontra a nova geração INashua

## **NASHUA 4435**

**Copiadora  
Ampliadora e Redutora**

A opção ideal para médios e grandes volumes de cópias. Amplia a produtividade e reduz os custos. Funcionamento perfeito e garantido em todo o território nacional.



## **NASHUA 4020**

**Nova Copiadora  
Duplicadora - Digital**

Para quem exige elevado padrão tecnológico e confiabilidade de desempenho.

A copiadora na medida certa para o departamento de cópias de sua empresa.

## **DISQUETE NASHUA**

O disquete que você quer e que seu computador merece. Altíssima qualidade e garantia da NASHUA.



**S  
I  
T  
T  
A**

**Comércio de Máquinas Copiadoras Ltda.**

Av. Dr. Luiz Teixeira Mendes, 1153 - Fone: (0442) 25-3601 - Maringá - PR